

ISSN 2318-9282

número 9

ano 3

2015

des;idades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

9

des;idades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

REALIZAÇÃO



NIPIAC

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio
para a Infância e a Adolescência Contemporâneas

APOIO



PARCEIROS



INDEXADORES



apresentação

DESIDADES é uma revista eletrônica de divulgação científica na área da infância e juventude. É uma publicação trimestral, avaliada por pares, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comprometida com a divulgação do conhecimento científico além dos muros da universidade.

equipe editorial

EDITORA CHEFE

Lucía Rabello de Castro

EDITORAS ASSOCIADAS

Heloisa Dias Bezerra

Maria Carmen Euler Torres

Renata Alves de Paula Monteiro

Sônia Borges Cardoso de Oliveira

EDITORES ASSISTENTES

Alexandre Bárbara Soares

Antonio Gonçalves Ferreira Jr

Carina Borgatti Moura

Felipe Salvador Grisolia

Juliana Siqueira de Lara

Karima Oliva Bello

Lis Albuquerque Melo

Sabrina Dal Ongaro Savegnago

Suzana Santos Libardi

EQUIPE TÉCNICA

Arthur José Vianna Brito

Clara Marina Hedwig Willach Galliez

Isa Kaplan Vieira

Luciana Mestre

Marina Del Rei

Paula Pimentel Tumolo

Priscila Gomes

Yasmim Sampaio

REVISORA

Sheila Kaplan

TRADUTORAS

Flavia Ferreira dos Santos

Karima Oliva Bello

Publica artigos originais, entrevistas e resenhas que se destinem a discutir criticamente, para um público amplo, aspectos da infância e da juventude frente a seu processo de emancipação. Uma seção de Informações Bibliográficas tem por objetivo difundir as publicações recentes sobre infância e juventude no âmbito das ciências sociais e humanas. Uma versão em português e outra em espanhol de **DESIDADES** estão disponíveis para os leitores. A publicação pretende ser um meio eletrônico de difusão de debates e ideias no espaço latino-americano para todos os que queiram ser instigados a refletir sobre os desafios e as dificuldades de viver sendo criança ou jovem no contexto das sociedades atuais.

DESIDADES significa, como escolha do título da revista, que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência segundo uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais.

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade Federal de Pelotas
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília
Anna Paula Uziel	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná
Helóisa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Nair Teles	Fundação Oswaldo Cruz/ Universidade Eduardo Mondlane

Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba
Vera Vasconcellos	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Veronica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Cariri

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Carla Sacchi	Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental / Universidad del Salvador
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
Mariana Chaves	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana García Palacios	Universidad de Buenos Aires
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Rogelio Marcial Vásquez	El Colegio de Jalisco, Universidad de Guadalajara, Mexico
Rosa Maria Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Silvina Brussino	Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Valeria Llobet	Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Índice

EDITORIAL	7
TEMAS EM DESTAQUE	
Pérolas aos poucos: o relato de uma adolescência congelada <i>Fatima Florido Cesar</i>	10
Desidades, poesias e lutas: articulações e rupturas <i>Angela Pinheiro</i>	22
Análise da produção bibliográfica em livros sobre a infância e a juventude na América Latina <i>Lucia Rabello de Castro, Isa Kaplan Vieira, Juliana Siqueira de Lara, Karima Oliva Bello e Sabrina Dal Ongaro Savegnago</i>	33
ESPAÇO ABERTO	
A escuta de crianças no sistema de Justiça no Brasil: ações e indagações ENTREVISTA DE <i>Tatiana Fernandes</i> COM <i>Leila Maria Torraca de Brito</i>	51
INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	
RESENHA	
A hora das crianças: narrativas radiofônicas de Walter Benjamin RESENHA POR <i>Caroline Trapp de Queiroz</i>	63
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	67
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	72

Com a 9ª edição da DESIDADES, que ora lançamos, celebramos o seu segundo ano de existência. Em dezembro de 2013, quando lançamos o primeiro número, vislumbramos o desafio de construir um veículo de divulgação científica, em duas línguas – português e espanhol – acerca da infância e da juventude latino-americanas. Vislumbramos, porque não se tinha ideia das dificuldades que teríamos que enfrentar. Como só conhecemos o caminho quando o percorremos, como diz o poeta Antonio Machado, estes dois anos trilhados demandaram de nós, a Equipe Editorial, não somente trabalho paciente e árduo, mas, sobretudo, a tenacidade de confiar no projeto iniciado. A DESIDADES é um periódico que se singulariza, não apenas pela concepção de sua proposta e seu layout, mas por ousar apostar em uma linha editorial concernida com a construção de uma perspectiva latino-americana. Hoje parece que a ousadia paga caro para existir, principalmente no ambiente acadêmico cada vez mais estéril e conformado às visões burocratizantes do pensar e do agir. Por tudo isto, compartilhamos com os e as leitoras a alegria do marco de dois anos de publicação ininterrupta, confiantes perante os desafios que não deixarão de se apresentar.

Na seção Temas em Destaque, trazemos para o leitor três artigos. No primeiro, “Pérolas aos poucos: o relato de uma adolescência congelada”, a psicanalista Fatima Florido Cesar, Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP, nos convida a adentrar o mundo adolescente estagnado pela impotência e falta de esperança, e paralisado pelo pavor de entrar na vida adulta e enfrentar suas demandas. O fio do relato segue o desenrolar de um processo terapêutico em que a psicanalista se coloca como alguém que cuida e sofre; que pode compartilhar o mundo caótico da paciente e não enlouquecer junto. O processo terapêutico é apresentado no seu avesso: de enigmas indecifráveis e de desencontros dos quais não se dá conta. Apesar disso, ele mantém sua potência de ajudar o outro a se ligar na vida, “possibilitando a tolerância da destrutividade e o vislumbre da esperança e do viver criativamente”, como coloca a autora.

No artigo seguinte, “Desidades, poesias e lutas: articulações e rupturas”, a professora Angela Pinheiro, da Universidade Federal do Ceará, nos convida a enveredar na ambiguidade do que nos constitui: a linguagem. Seu texto é trazido como uma forma de celebrar o aniversário da revista, já que, ao tomar o título do periódico DESIDADES como motivo e senha, nos avisa: no lugar refestelado, confortável e seguro do mundo não se brinca... Brincam os poetas, os andarilhos, os que lutam e creem, os que fazem sonhando. Brincar conduz a desestabilizar a ordem e a desassossegar-se. Brincar não tem idades, brincar é essencialmente des-idades, desconstrução das atitudes lineares e previsíveis e da cronologização da existência. O que move o brincar – a descoberta e a fantasia, é também o que move à luta – a paixão e a utopia. O artigo interroga-nos sobre o lugar do brincar no fazer da ciência, quando essa deve estar, de fato, aberta ao desconhecido e atravessada pelos ideais.

No terceiro artigo desta seção, “Análise da produção bibliográfica em livros sobre a infância e a juventude na América Latina”, de Lucia Rabello de Castro, Isa Kaplan Vieira, Juliana Siqueira de Lara, Karima Oliva Bello e Sabrina Dal Ongaro Savegnago, da Equipe Editorial da DESIDADES, trazemos uma análise dos títulos levantados na seção Levantamento Bibliográfico deste periódico desde a sua 2ª edição. Esta análise mostra-nos a situação pouco alentadora da produção bibliográfica em livros na América Latina sobre a infância e a juventude, temáticas cuja pesquisa científica parece exercer pouca atratividade sobre o mercado editorial. A dificuldade de acessar os lançamentos de publicações por meio dos sites das editoras é um outro fator complicador. A área da Educação detém o maior número de títulos publicados sobre as outras áreas, só que é a área que, frequentemente, não se remete aos campos da infância e/ou da juventude como aspectos que pautam suas investigações. Estes, e outros aspectos, analisados no artigo colocam questões relevantes para se pensar sobre a consolidação de campos transdisciplinares como a infância e/ou juventude na América Latina e sua articulação transnacional. Muitos esforços devem ser ainda empreendidos para que haja uma melhor circulação das discussões levadas a cabo nos diferentes países.

Na seção Espaço Aberto, a professora e pesquisadora Leila Maria Torraca de Brito, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, é entrevistada por Tatiana Fernandes, sobre as dificuldades e impasses da escuta de crianças no sistema de justiça. As legislações internacional e nacionais que posicionaram a criança como sujeito de direitos trazem questões difíceis, controversas e problemáticas, quando, por exemplo, não aprofundam o debate sobre o que vem a se implicar nos “direitos da criança”. Em nome deles, novas regulações das práticas sociais são promulgadas sem que haja reflexão crítica suficiente para respaldá-las. A entrevistada discute a complexidade de muitas destas situações práticas, assinalando seus impasses nas relações entre criança, família, profissionais da área da saúde e gestores governamentais.

Enfim, na seção Informações Bibliográficas, apresentamos a resenha do livro de Walter Benjamin, “A hora das crianças: narrativas radiofônicas de Walter Benjamin”, por Caroline Trapp de Queiroz. O Levantamento Bibliográfico traz um elenco de 41 obras sobre infância e/ou juventude lançadas no último trimestre na América Latina. São referências de novas leituras que constituem uma fonte relevante para professores e pesquisadores destes campos tendo em vista o cenário latino-americano.

Finalizo este Editorial agradecendo a colaboração dos consultores e consultoras ad-hoc que, ao longo destes dois anos de existência da revista, prestaram sua contribuição na emissão de pareceres sobre os artigos enviados. A nominata destes colaboradores segue abaixo. Agradeço, em nome da Equipe Editorial, aos Conselhos Científicos Nacional e Internacional que têm colaborado e respaldado esta publicação científica.

Lucia Rabello de Castro

EDITORA CHEFE

Nominata de Consultoras e Consultores Ad-hoc

Alexandre Simão Freitas (UFPE)
Ana Cristina Coll Delgado (UFPEL)
Ângela Alencar Araripe Pinheiro (UFC)
Carmem Lucia Sussel Mariano (UFMT)
Claudia Mayorga (UFMG)
Cristiana Carneiro (UFRJ)
Dijaci David de Oliveira (UFG)
Elizabete Franco Cruz (USP)
Ernesto Rodríguez (Centro Latinoamericano sobre Juventud)
Fernanda Bittencourt Ribeiro (PUC-RS)
Flávia Ferreira Pires (UFPB)
Guillermo Beaton (Universidad Havana)
Ilana Lemos Paiva (UFRN)
Jader Janer Moreira Lopes (UFF)
Jaileila de Araújo (UFPE)
Katia Aguiar (UFF)
Lila Cristina Xavier Luz (UFPI)
Luciana Gageiro Coutinho (UFF)
Luiza Rodrigues de Oliveira (UFF)
Marcos Ribeiro Mesquita (UFAL)
Mariângela da Silva Monteiro (PUC Rio)
Maria Angélica Augusto de Mello Pisetta (UFF)
Maria Helena Oliva Augusto (USP)
Maria Ignez Moreira (PUC-Minas)
Maria Livia Nascimento (UFF)
Mariana Paladino (UFF)
Mirela Figueiredo Santos Iriart (Univ. Estadual Feira de Santana)
Myriam Moraes Lins de Barros (UFRJ)
Nair Teles (FIOCRUZ)
Otávio Luiz Machado (UFPE)
Paula Mancini C. Melo Ribeiro (UFRJ)
Patrícia Pereira Cava (UFPelotas)
Rita de Cássia Marchi (FURB)
Rosa Maria Bueno Fischer (UFRGS)
Sandra Albernaz de Medeiros (UNIRIO)
Sílvia Pereira Cruz Benetti (UNISINOS)
Silvina Brussino (Un. Nacional de Córdoba)
Solange Jobim e Sousa (PUC-Rio)
Telma Regina de Paula Souza (Univ. Metodista de Piracicaba)
Vinicius Anciães Darriba (UERJ)



Imagem: Paul Klee

Pérolas aos poucos: o relato de uma adolescência congelada

Fátima Florido Cesar

Spleen

Nada iguala à extensão destes dias tão mancos,
Quando, sob florações graves dos tempos brancos,
O tédio, fruto da morna incuriosidade,
Assume as proporções da própria eternidade

Charles Baudelaire

Começamos pelo conceito de tédio. Velho conhecido enquanto objeto de estudo da filosofia, companheiro dos poetas, mais especificamente dos românticos; o tédio e o vazio também chamam a atenção da psicanálise, que pode contribuir frente a essas manifestações da subjetividade contemporânea, tanto em termos metapsicológicos quanto terapêuticos. ‘Spleen’, termo já utilizado no romantismo, é associado ao poeta Charles Baudelaire, designando melancolia, profundos sentimentos de desânimo, isolamento, angústia, que aparecem nos poemas reunidos no livro ‘As Flores do Mal’. O ‘spleen’ baudelaireano, que pode designar tanto a ruína de uma época, quanto o tédio proveniente de uma interioridade do poeta, é aqui enunciado porque bem pode ilustrar as queixas que envolvem tédio e melancolia que chegam aos nossos consultórios. Escolhi iniciar dessa forma o presente artigo: nada como os poetas para bem entenderem a alma humana e nada como Baudelai-

re, com seu ‘spleen’, para ilustrar a inércia e tristeza que observamos em grande número dos pacientes que nos procuram.

Destaco Winnicott, como um dos psicanalistas que se dedicou à compreensão e tratamento de pacientes com queixas de sensação constante de vazio, irrealidade, futilidade e impossibilidade de se sentirem criativos. Estamos aqui diante, ora do desespero, ora da apatia, mas fundamentalmente da desesperança.

Ressaltando: Winnicott (1959,1963/1980) estuda e se dedica clinicamente àqueles pacientes nos quais predominam os sentimentos de vazio e tédio e a sensação/ vivência de que nada é real.

O “viver criativo”, de que fala o autor, não corresponde à elaboração de obras de arte, mas a uma possibilidade de saúde mental para além da ausência dos sintomas. No que ele denomina de “apercepção criativa” (1971, p. 95), é possível “inventar” uma realidade e, paradoxalmente, ter conhecimento de que a realidade existe não apenas como um “feixe de projeções”, mas também por si só.

Não se trata de pacientes neuróticos, nem de casos de colapso total: Winnicott refere-se a pacientes ‘borderline’ e/ou psicóticos (1963/1989, p. 93). Psicose é considerada como uma enfermidade que tem seu ponto de origem nos estágios de desenvolvimento anteriores ao estabelecimento do EU SOU (integração). São pacientes que vivem assombrados pelo temor da morte, do vazio e do colapso.

O colapso temido refere-se a uma grande catástrofe em que todas as defesas cairão por terra e o corpo sofrido do ser arderá em carne viva mergulhando para sempre no vazio que sempre temeu. Entretanto, no texto “O medo do colapso” (1963), Winnicott ressalta que o colapso temido já acontecera na precocíssima infância, quando o indivíduo fora exposto a uma experiência de vazio para a qual não estava preparado.

Nem isto se sente talvez

Não se sente nada, a não ser um
automático cá embaixo,
A fazer umas pernas que nos
pertencem levar a bater no chão,
Na marcha involuntária, uns pés
que se sentem dentro dos sapatos.
Nem isto se sente talvez.

Fernando Pessoa

Proponho que o tédio e vazio a que se referia Winnicott já apontavam para uma patologia de novos tempos. A sexualidade já não se situava no centro do sofrimento psíquico. A dor se relaciona agora a “tempos brancos”, de “horas brancas”, como o diz Baudelaire (1857), em que a repetição em série vem gestando indivíduos sem mais

lugar de pertencimento e sem possibilidade de singularização. Um tempo de miséria simbólica.

Sublinho o interesse de estudo dessas vivências na medida em que elas extrapolam o individual: o ‘spleen’ de Baudelaire fazendo parte de um mundo dessacralizado – deposto que fora o mundo anterior pela era da industrialização.

Após essa breve introdução, concentro-me no objetivo do artigo: a descrição dos encontros clínicos com adolescentes que arrastam em seu dia a dia a sensação de não terem começado a existir.

Refiro-me aos jovens, em sua adolescência arrastada, adultos adiados, com o cotidiano vazio ou atemorizado; mas aqui, o cotidiano sem sentido deixa cair para fora do mundo estes seres desamparados. Adolescência congelada, fixada em horas paradas, os anos passando e o adiamento de entrar na vida. O gelo conserva, mas aqui deixa imobilizados os recursos internos que colocariam em movimento os processos de maturação, o colocar a existência em devir. Constatamos ainda a procrastinação compulsiva, a incomunicabilidade, a inércia psicossomática, o sentimento de marginalidade, o uso de drogas como recurso e como prótese de um aparelho psíquico que não consegue “imaginar” sua vida ou projetar um futuro. Apresentam dificuldade de ingresso na vida, temerosos e impotentes para lidar com o mundo do trabalho e com a aquisição da identidade adulta.

É pelo encontro entre o repertório cultural deles e o meu que vem sendo possível um início de diálogo. A arte vem se apresentando – quando a comunicação verbal direta não é possível – como um espaço de interlocução, em que a “incuriosidade deixa de assumir as proporções da própria eternidade” (Baudelaire, 1857).

Convido os leitores a acompanharem o relato de meu encontro com uma paciente que solicitou de mim algo além da comunicação verbal.

Andréa¹ e eu

Que inquietante estranheza, quando as mães vacilam, elas que, só elas, ficam entre nós e a redenção (Freud em carta a Fliess).

Eu me interrogo sobre Andréa, hoje ao menos, tanta letrinha e ela me olhando, parece que não lhe interessa – ela quer falar, ela me conduz – parece cansada das minhas traduções. Quer falar das suas gravuras, de seus peixes estranhíssimos, de seu entusiasmo pela primeira exposição. Ficou para trás, ou do lado, num canto dissociado no quarto do pânico ou do segredo? Os grandes furtos, as fugas de casa, as tentativas muito mal explicadas de suicídio.

1 O nome Andréa é fictício, dada a necessidade de preservar a identidade da paciente.

Tivemos dois períodos de encontro – primeira fase: Andréa deprimida, 17 anos, mora desde os 12 com o pai, no interior de São Paulo, a mãe (separada) a traz de volta para casa após tentativas de suicídio. Eu recebo uma moça alta, se vestindo desleixada, com uma depressão grave, com tricotilomania (mania de arrancar cabelos), continuando com tentativas de suicídio. A mãe provocava um estado de confusão na filha: ora cuidando, ora invadindo com violência: acolhe e simultaneamente acha a filha um estorvo, atrapalhada, ovelha negra, perturbada-perturbadora, desorganiza a casa, encosta, folgada, suja de sangue os sofás (com menstruação), urina atrás dos móveis (em criança); mas ama tanto, e amou desde sempre, e fica louca quando a cria some. E eu odeio essa mãe quando rejeita aos berros com todo seu ódio essa filha- peste.

Quando melhora, passa no vestibular em Artes Plásticas porque quer ir para São Paulo. A contragosto da mãe, que teme sua perda, vai. Atendo por coincidência em São Paulo. Ela falta muito, cada vez mais arisca, não quer mais, não sente necessidade. Depois de um tempo, a bomba estoura. Viciada em cocaína desde adolescente, namora outro viciado. Diz que não tinha coragem de me falar, avisava-me que tinha um lado ‘trash’ e que eu... Eu me sinto um lixo – penso que falhei “brabo”. “Enquanto Freud explica as coisas, o diabo fica dando os toques” (Raul Seixas).

Dancei na curva.

Segunda fase: tempos depois. Sei que a mãe a recolhe de volta. Esta me liga eventualmente, me dando notícias. Está grávida do moço de São Paulo. Na gravidez e nos primeiros anos, estrutura-se minimamente, volta-se para a filha com a ajuda da mãe. O pai da criança é rejeitado por Andréa no sétimo mês de gravidez, mas continua ligado – é um bom moço, agora trabalha. Andréa, que já começara a desenhar na primeira fase, intensifica seus estudos com um professor da cidade. Torna-se sua aluna preferida. Seu caminho-salvação é a arte. A mãe aluga um ateliê. Pinta. Não pinta o sete. Por enquanto. Pelo menos.

Até que fala que descobriu um professor de “vanguarda” na minha cidade, que é algo além de seu velho professor acadêmico. Vem para cá fazer aulas – é um desafio viajar sozinha, largar um pouco a casa da mãe, quer voltar a fazer análise.

Na primeira sessão vem arrumada. Como uma mocinha. Traz seus trabalhos. Me surpreendo. Quanta produção. Quanta evolução nestes dois anos em que não nos vimos.

Inicia o curso e é um longo percurso entre os seus desenhos “ingênuos”, que são desconstruídos pelos “vanguardistas”, e um difícil caminho, o de sobreviver às críticas, desamparada e paranoica, e encontrar um novo mundo-meio de expressão que é o da gravura. Grava em metal. Deixa as marcas: as figuras assustadoras, medonhas e competentes e magistras de quem não tinha futuro. No meio de um período de depressão, me ‘apresenta seus peixes graves’ e diz: “meus peixes não são de Ubatuba”. Sou tomada de uma vergonha estranha em relação a uns peixes estilizados da minha sala de espera, como se desrespeitassem seu mundo interno em ruínas e como se sua depressão me fizesse lembrar e cuidar de meus peixes mortos, podres, esquecidos em algum aquário. Fico possuída, abduzida. Sessão seguinte. Digo: você me disse: “Seus

peixes não são de Ubatuba”. “É”, me responde sorrindo, matreira: “são de Fernando de Noronha”.

Atônita, entendo sua mãe, odeio-a naquele momento porque guardei por alguns dias, como num freezer fedorento, seus peixes abissais e eu própria me acreditara aquele dia – pelas nossas semelhanças anímicas – um ser abissal. Tive que esperar alguns dias para voltar à superfície e sonhar com o mar de Fernando de Noronha.

Terceira fase: voltando das férias, me conta de seus demônios: muita cocaína, ficante, tra-ficante, ficante “mulher”.

Volta, cuida do jeito que pode da filha, volta a namorar o pai da filha, pensam em morar juntos.

Largada, desleixada, avesso do avesso do avesso. Entretanto, seu jovem e novo professor reconheceu nessa jovem delinquente um talento promissor. Ela monta sua primeira exposição. Corre de um lado para o outro atrás das “coisas da vida comum”, que são difíceis de fazer: patrocínio e organização da exposição. Com as unhas pretas, acima do peso, telefona, faz contato com gravuristas famosos. O demônio rondando na coca, na ameaça de rupturas repentinas, na coisificação do outro. Bem, mas os peixes falam.

Qual o meu papel no cenário deste outro tempo?

Não saberia responder. Fico atenta aos demônios, mas também em não satanizá-los em demasia. Era e é um momento de voltar para o mundo e o pânico continua. Muita coisa ela não diz (verbalmente). Inúmeras vezes diz que viver é demais para ela, não dá conta.

Mas sigamos brevemente Cardoso (2002) em suas considerações sobre os enclaves psicóticos – como o mais estrangeiro, mais encravado, o mais impossível de tradução no psiquismo. Cardoso citando Laplanche: “O que é determinante, último é o demoníaco, o oculto, o inquietante (‘das Unheimliche’), o que é “de outro mundo”, o que vem originalmente do outro, sobre o modo do outro” (p. 36).

Levanto como hipótese que em Andréa, esta coleção mórbida de intraduzíveis foi o resultado do que Laplanche chama de intromissão do outro, distinta da implantação. Enquanto esta última é um processo comum neurótico, normal, a intromissão é violenta e impossibilita a tradução-recalcamento. A dupla Andréa e sua mãe vivem um jogo violento e recíproco (pela delinquência e tentativas de suicídio, Andréa tentou todos esses anos livrar-se daquela sem conseguir ir muito longe).

A gravura acolhe o informe e o autoriza e ela não precisa defender-se, responder ao “comando estrangeiro”. Ali não será julgada. Pode descansar um pouco: buscando transformar o trauma em pertencimento a um mundo que lhe faça sentido.

Não penso que deixe de ser do mar, da água dos pântanos, mas é uma luta para sentir-se menos um “Peixe fora d’água” (título de sua exposição).

Telefonema

Andréa acaba de me telefonar, conta sobre os preparatórios para a exposição. Está exultante porque talvez fique – a partir de então – com a curadoria do espaço em que estará expondo. Diz: “Estou me sentindo viva!”. Fico contente com ela, na verdade, fico esperançosa.

Recorro a Pontalis (1988) quando este se refere àqueles pacientes, e antes, fundamentalmente, a Winnicott, em “O medo do colapso” (1963). O colapso temido já aconteceu, mas está escondido num inconsciente (numa outra tópica, afirma Pontalis), que o ego imaturo demais não foi capaz de abranger, reunir aquilo dentro de sua área da onipotência pessoal.

O paciente continua procurando o que não foi experienciado, de forma que o ego possa reunir a experiência original da agonia primitiva dentro de sua própria e atual experiência temporal e do controle onipotente agora – com o apoio do ego auxiliar da mãe ou analista.

Não é possível lembrar de algo que ainda não aconteceu, porque o paciente não estava lá. A única maneira de lembrar neste caso será na transferência.

O vazio aparece aqui, como destaca Pontalis, diferente do vazio necessário no sujeito – um vazio anterior ao grau de maturidade que tornaria possível ao vazio ser experienciado. Não há trauma a ser lembrado, mas o vazio precisa ser experienciado.

Pontalis acrescenta: “teve lugar qualquer coisa que não tem lugar” (p. 214). O que não foi vivido está no ‘oco do sujeito’. O não-vivido pede para ser reconhecido! Que se entre em relação com ele, para que ganhe sentido e adquira vida: porque é da não-existência que a vida pode começar!

Penso no vazio de Andréa, nos gritos de dor, no intolerável, como pode o vazio doer? Nela e em tantos outros. Mas existe a possibilidade de contornar o informe, comunicar o vazio – encontrar um lugar para apresentar a dor e começar a existir.

Aproprio-me de interrogação de Pontalis: Que loucura é esta de querer mudar os outros? Encaminho-me por pensar esta loucura primeiramente como um desafio que nos fisga com todos os seus perigos e descaminhos: de entrar no jogo, da tradução excessiva, da desesperança. E Andréa... como fui “tomada” na tarefa de ser sua analista, e minhas vacilações e os caminhos nos quais o vazio e sua delinquência² foram escavando nas escarpas, nos precipícios, nas escamas dos peixes mortos. Caminhos – tentativas de entrar no mundo, ensaiar sair do sótão, mostrando para os que podem acolher - e ‘não recusar’ sua coleção de morcegos.

2 Poderia ter trabalhado o caso sob a perspectiva da tendência antissocial. A delinquência está presente, mas optei deliberadamente por encaminhar a discussão de outra forma.

Volta

Andréa retorna, diz que está voltando para o ateliê de gravura aqui na cidade. Repete enfaticamente que quer muito voltar, tantas coisas para me contar. Mas quando vem, não conta sobre o tempo que deambulou, andarilha por São Paulo. O que aconteceu após a exposição? Aprontou o quê? Penso secretamente. Quando algo de bom acontece, lá vêm novamente a tormenta, os desvarios, os furtos (dólares, anel de brilhante), o vício pelo bingo. A tendência antissocial apresentando sua face explícita.

Não me conta sobre sua delinquência, apenas sobre o desejo de morrer ou de não existir, desistir dessa luta insana, da angústia que estraçalha. Assassinar a si mesma, sua angústia e a mãe, todas juntas.

Livrar-se da dor aguda que a impede de sustentar um sorriso, jogo de esconde-esconde entre a doçura (voz doce que não conhece ou através da qual disfarça o que sente – digo-lhe) e a transparência do estar ali e não estar. Livrar-se da distância que vai se prolongando e ela se afastando, o encanto virando pó. Como comunicar-se em palavras se o vidro opaco de seu olhar nos separa e a dor a leva correndo (algumas vezes chega a interromper a sessão)? O mal a corroendo de dentro e eu vejo estampada na face a impaciência dolorosa que denominamos angústia. Angústia que não é possível partilhar, que leva para longe, pernas automáticas andando sobre um solo que não oferece descanso.

Durante todo o período que frequentava o ateliê de gravura, nossos encontros se concentravam em torno de ela trazer suas produções. Andréa e sua pasta, mostrando-me uma a uma suas gravuras.

Eu interessada, meus olhos também brilhando de curiosidade, instigada, intrigada, pescada com a isca de algo que não sabia o quê, às vezes emprestava algum lírio/livro de poesia (ela adorou Hilda Hilst), e ela andava por aí com o livro, devorando as poesias de morte e ódio-amor.

A mudança e o medo

Andréa recebeu da mãe (de presente) um apartamento, dois andares (acima ou abaixo?) de onde aquela morava. Uma tentativa entre doação – do tipo, “isso é meu, mas estou te dando” – e uma separação na marra.

A mãe, tantas vezes odiosa, que começava a falar mansinho e de repente jogava tudo fora, cuspiu fogo e maldições sobre a filha – lutava muito também. O tanto que, entre mel e fel, acolheu e jogou ao chão inúmeras vezes, lutando com sua própria loucura, foi conseguindo trazer Andréa para a conquista de condições mínimas de viver bem!

A angústia maior de Andréa era: “eu não sei viver”, “eu não vou dar conta” – uma fala das duas que eu ouvia tantas vezes. Sobre não saber viver: levantar-se, minimamente cumprir tarefas da vida, algo aquém da depressão, caminhar no concreto do chão, qualquer que seja, das pessoas que se cumprimentam, da louça para lavar, do dia para viver.

Andréa relutou em mudar. Queria, mas uma espécie de pânico a trazia de volta ao ninho, “não ia dar conta” de cuidar sozinha de si e da filha, não ia dar conta da separação.

Até que foi literalmente expulsa pela mãe. Com a ajuda financeira desta, a casa já vinha sendo montada, a casa preenchida, cheia, o ninho pronto prene de ovos – faltava o morador.

Andréa me descrevia as cores, tapetes, quadros da casa – era uma casa colorida, como pedia sua alma de artista e sua ânsia por aconchego e alegria.

Quando mudou, nossas sessões eram permeadas pela oscilação entre o relato da dor de ficar só, dos dias em que só queria dormir e as gravuras que me mostrava. Ó pedaço de mim – às vezes apenas a tristeza, o sofrimento calado e as gravuras. Tinha a sensação que ela só ia ali para me mostrar suas produções, partilhar comigo aquilo que eu recebia com afeto e prazer.

O mal

Continuava lhe oferecendo poemas suscitados pelos filmes que a interessavam ou pelas gravuras apresentadas.

Nas entrelinhas dos desenhos: a dor, os demônios quase sempre presentes, as sombras habitando os disformes chifres de faunos, casais desencontrados, homens diabólicos, mulheres solitárias.

E eu? O verbal escapava pelos vãos dos dedos, nós nos acompanhávamos naquele jogo de trocas, mas a dúvida me assombrava. Será? Será?

Comecei a pensar em conversar mais sobre os desenhos em relação a seus aspectos ‘trash’. Pensei: se neste momento ela só se comunica desse jeito, que o seja. Vou mergulhar em seu mundo de pesadelos e sonhos e trocar com o meu de letrinhas, dando forma e possível sentido mais verbalizável. Talvez fosse necessário. Talvez não.

O verbo e o amor

Na sessão após minha conversa (com meus botões), para surpresa minha, Andréa chega sem a pasta. Está ali, estava ali, frente a frente, sem gravura, desenho, poesia – numa comunicação de outra espécie, a que sai pela boca, olhos, ouvidos, os corpos se mexendo, contrações, crispções. O espaço potencial (Winnicott, 1951/ 1971) não dispunha de um objeto que por tanto tempo fora preciso para que atravessássemos nossas mil e uma noites antes de sermos degoladas pela angústia e desencontro.

Se perguntarem o que conversamos naquela sessão, não me recordo. Sei que foi convidada pelo pai para um cruzeiro e que a mãe ajudou-a a escolher e comprar roupas (até então, o desleixo permanecia em sua apresentação e cuidado pessoais, moletons largos e largados, figura quase andrógina – estrangeira para olhos do cotidiano das vestes bonitas).

Quando volta das férias, Andréa chega arrumada – pergunto se é para mim. Não, anda mais cuidadosa agora, faz a unha, está contente porque não puxa mais o cabelo (me mostra a falha enorme, hoje sem vergonha, e eu me assusto, sem compreender o progresso apontado. Para mim, continua a mesma clareira, o oco aparecendo, oculto pelos ralos fios que o cobrem).

Alguns comentários

Pérolas aos poucos
Eu jogo pérolas aos poucos ao mar
Eu quero ver as ondas se quebrar
Eu jogo pérolas pro céu
Pra quem pra você pra ninguém
Que vão cair na lama de onde vêm...
...Grãos de areia
O sol se desfaz na concha escura
Lua cheia
O tempo se apura
Maré cheia
A doença traz a dor e a cura
E semeia
Grãos de resplender
Na loucura

Zé Miguel Wisnik e Paulo Neves

Tantas vezes me perguntei por que continuávamos juntas, o que Andréa esperava de mim. Não sei com que palavras definir o sentido da gravura e de sua produção na vida de Andréa. Objeto de ligação com a vida, de buscar ancorar-se para não submergir à angústia e às margens (à marginalidade) vazias e sem rumo. Objeto de expressão de um mundo interno que não se revelava em palavras ou na doce voz: mas na depressão, na ausência radical de se sentir vivo e capaz de viver e nos atos delinquentes. Objeto de reconhecimento na medida em que ia construindo uma praia, a partir do olhar do professor, com as ondas se estendendo até os colegas artistas. A gravura era um objeto onde buscava ancoragem, mas sempre se equilibrando num fio de navalha, porque era preciso mergulhar num mundo de desorganização e caos para que o informe ganhasse formas, para que figuras assustadas e terríveis ganhassem mínimos contornos.

O que Andréa procurava na arte?

Existe uma dificuldade em viver o dia a dia: vive uma vida a vida ou mesmo uma morte a morte – lenta e/ou impulsiva. Está em busca de um viver em que emergam sentidos. A miséria simbólica, as restrições que a vida onírica de pesadelos impõem levam o lidar com o trabalho do dia a dia como peso das tarefas esmagando-lhe a vontade e impossibilitando o sonhar que conduz a um fazer criativo. Às vezes devaneios. Quem sabe, nem devaneios: algo aquém do fantasiar.

O que a arte é capaz de propiciar? Não necessariamente cura – vide inúmeros artistas. Obra de arte não é sinônimo de viver criativo, já dissera Winnicott (1971).

Obra de arte, adverte Winnicott, é diferente do viver criativo próprio ao viver total. São pessoas como Andréa, em especial, que tentam encontrar-se através de suas experiências criativas – na busca de seu eu ('self'). Entretanto, pensar na arte como único ou garantido caminho para a cura pode ser um equívoco, uma busca interminável e mal sucedida. Para alguns, a arte é fundamento como única sustentação possível para a ligação com a vida e sobrevivência psíquica. Para outros, a arte é um atalho enquanto o viver o dia a dia beira o insuportável.

O amor à vida não acontece, e o mesmo objeto de salvação pode tornar-se de perdição. Mas poderá assim mesmo constituir-se como um objeto de comunicação com outro humano? Ou delinea-se apenas como gesto esboçado que, se o outro não está ali, para partilhar e reconhecer a realidade da criação, cairá no vazio?

Lembro-me de um tempo em que Andréa ficou sem produzir, mas, simultaneamente, começou a se arrumar, viajou com o pai, ampliou horizontes para fora da arte. Conta-me, então, que evitava “mexer em gravura” naquele momento, com medo de perder a estabilidade. Foi importante o assinalamento de Andréa, que provocou em mim um estranhamento e posterior questionamento, em relação à percepção do uso terapêutico da arte.

De um lado, vemos pacientes que temem que o curar sua loucura jogue fora (o bebê junto com a água do banho) a sua parte criativa. De outro, pacientes (ou os mesmos) que jogariam fora suas possibilidades de talento pelo sentimento de normalidade e estabilidade, e de fazer parte da humanidade.

Aqui recorro novamente a Winnicott:

Na busca de eu ('self'), a pessoa interessada pode ter produzido algo valioso em termos de arte, mas um artista bem sucedido pode ser universalmente aclamado e, no entanto, ter fracassado na tentativa de encontrar o eu ('self') que está procurando. O eu ('self') realmente não pode ser encontrado no que é construído com produtos do corpo ou da mente, por mais valiosas que essas construções possam ser em termos de beleza, perícia e impacto. Se o artista através de qualquer forma de expressão está buscando o eu ('self'), então se pode dizer que com toda probabilidade, já existe certo fracasso para esse artista no campo do viver geral criativo. A criação acabada nunca remedia a falta subjacente do sentimento do eu ('self'). (1971, p. 81).

É preciso uma “sensibilidade especial”, que vá além dos limites da consciência: estar frente ao outro de modo sensível e cuidadoso numa escuta sem demandas.

Por isso devemos ser cuidadosos em relação ao pré-conceito referente à arte como garantida forma de cura – cuidadosos para não comunicar a arte como única expressão do eu ('self') deste paciente.

Sem dúvida, a arte constitui uma poderosa âncora enquanto expressão da vida subjetiva, mas o trabalho do analista deve ser o de auxiliar na construção de um trabalho para que a arte não funcione apenas como paradeiro (lugar seguro/de parada), mas como movimento que produza novos momentos na direção de um futuro de criação para além da obra em si. A obra como abertura para criar na vida.

Sessão mais recente de Andréa

Andréa não me traz mais suas produções – aliás, as mais recentes não são gravuras, mas desenhos com outra técnica que dispensam o uso de prensas e o contato com a sujeira. Já estávamos quase finalizando a sessão, quando ela me reafirma o seu medo e quase determinação em não trabalhar com artes plásticas com a regularidade anterior. Argumenta que entra num processo em que se suja muito, a casa suja, a sujeira e desorganização do entorno ganham uma proporção “enorme”. Não se interessa mais em manter as coisas arrumadas. O mundo acaba ali. Quando começa a trabalhar vai noite adentro, perde a noção das horas e do tempo.

Angústia de entrar num estado caótico, tanto físico, quanto de alienação em relação ao que acontece fora de si. O cuidado de si mesma, da filha e do ambiente ficam impossibilitados. Dá-se um contato quase direto, sem mediação, com seus aspectos “trashes” (assim ela diz), como se não fosse possível criar a partir de outro interior, se não o mais terrífico, louco, da dor de feridas (incuráveis).

Será possível criar a partir de um belo sereno? Será possível criar sem contar com sua loucura desorganizada? Como possível solução, Andréa está pensando em usar o ateliê do professor eventualmente, sem compromisso.

Um talento importante que vem desenvolvendo há algum tempo é cozinhar. Caprichosa, sofisticada, pesquisa pratos refinados, ingredientes diversos, “especiarias”; faz almoços e oferece às pessoas que lhe são importantes. Pretende iniciar o curso de gastronomia enquanto amigos artistas a reprovam e a incentivam a fazer curso de Artes Plásticas.

Entendo sua mudança e a acompanho, podendo entender que a arte nela segue – neste momento – por caminhos mais seguros, com contornos em que é possível lidar com a sujeira da cozinha, e as produções podem ser oferecidas aos outros com garantias, de consumo e de que estará acompanhada de pessoas reais e não de demônios, peixes mortos, esqueletos.

Escolha de um caminho mais alegre (ou menos doloroso), onde a ameaça do transbordamento da aflição e da loucura fique distante.

Pérolas aos poucos, jogadas paulatinamente para que seja possível o lidar com a lama que vem junto, lama-origem da pérola, onde o sujar-se e o limpar sejam possíveis – de modo a possibilitar a tolerância da destrutividade e o vislumbre da esperança e da possibilidade de viver criativamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUDELAIRE, C. **As Flores do Mal**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- CARDOSO, M. R. **Superego**. São Paulo: Escuta, 2002.
- PESSOA, F. **O Livro do Desassossego por Bernardo Soares**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- PONTALIS, J. B. **Perder de vista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- WINNICOTT, D. W. Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais. In: _____. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1971 (Original de 1951).
- _____. **A Criatividade e suas Origens**. In: Op. cit., 1971.
- _____. Nada no Centro. In: _____. **Explorações Psicanalíticas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1989 (Original de 1959).
- _____. O Medo do Colapso. In: Op. cit., 1989 (Original de 1963).
- _____. A Psicologia da Loucura: uma contribuição da psicanálise. In: Op. cit., 1989 (Original de 1965).

RESUMO

No texto que se segue é apresentado um caso clínico em que destaco, no relato, os sentimentos de tédio e vazio vivenciados pela adolescente e, ainda, o lugar da arte e de objetos culturais como forma de comunicação entre a mesma e a analista. Vem sendo constatada a chegada aos consultórios de jovens adultos com dificuldades de passagem, de transitarem para um estar-no-mundo de outro modo rumo à independência, ao ser-adulto – seguindo adiante em seu processo de maturação. Apresentam um cotidiano vazio e sem sentido, tédio, inércia psicossomática, sentimentos de não pertencimento e uso de drogas. São jovens que lutam para alcançar a vida, como se refere Winnicott – e a desesperança diante desta luta se traduz através das vivências de vazio. A referida “adolescência congelada” vivida ora com desespero, ora com apatia requer uma específica aproximação. O encontro clínico extrapola a comunicação verbal e solicita a configuração de um espaço potencial em que o uso de objetos culturais e da arte pode vir a se apresentar como instrumento terapêutico.

PALAVRAS-CHAVE: tédio, vazio, criatividade, adolescência, objetos culturais.

DATA DE RECEBIMENTO: 29/08/2015

DATA DE APROVAÇÃO: 15/10/2015



Fátima Florido Cesar

Psicanalista, doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora no Curso de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Autora dos livros “Dos que moram em móvel-mar”, “A elasticidade da técnica psicanalítica” e “Asas presas no sótão: Psicanálise dos casos intratáveis” e de artigos em diversas revistas.

Email: fatacesar@gmail.com



Imagem: Martha Barros

Des-idades, Poesias e Lutas: Articulações e Rupturas¹

Ângela Pinheiro

De despropósitos

O que pode ultrapassar limites e reducionismos das idades, e ser efetivamente des-idades?

O termo me instigou, ao perceber que, pelo menos, duas dimensões da vida social estariam muito bem neste espaço e neste lugar, também ocupado por des-idades: a poesia e a luta. Como chegar aos lugares sociais da poesia e da luta, associando-as a des-idades?

Tomo como referência o significado atribuído ao termo des-idades na apresentação da revista homônima: des-idades significa, como escolha do título da revista, que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência, segundo uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematiza-

¹ O conteúdo corresponde, em parte, ao texto construído pela autora quando do lançamento da Revista DESidades, em 15.05.14, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil.

das de maneira a permitir novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais.²

O caminho não foi árduo: foi sério e não sisudo, talvez com a seriedade que amiúde ouvimos como característica das crianças ao brincar. E me dei conta, na memória, de um dizer do José Saramago: “Tentei não fazer nada na vida que envergonhasse a criança que fui”.

Senti como me habitam os despropósitos. Manoel de Barros (1999, p.7) se interroga, na introdução ao poema “O menino que carregava água na peneira”, “Será que os absurdos não são as maiores virtudes da poesia? Será que os despropósitos não são mais carregados de poesia do que o bom senso?”

Ainda a propósito de despropósitos, afirmativa de Pablo Neruda (1974/1987, p. 39) contribui para a reflexão: “É tão difícil as pessoas razoáveis se tornarem poetas quanto os poetas se tornarem razoáveis”.

Despropósitos guardam estreita relação em duas direções opostas, no que concerne à vida: com a utopia, quando as práticas e reflexões se voltam para a busca do que, no plano da razoabilidade, parece impossível de alcançar, de realizar; e com a rudeza e crueza da vida, quando a razoabilidade parece não dar conta de fenômenos, eventos e processos que significam extremo despropósito com a vida e sua preservação.

Em consonância com esta linha de reflexão, vieram-me à tona e aos borbotões alguns outros poetas – entre tantos, cujos poemas, ou seja, produtos da poética, da criação, ocupam lugar muito peculiar dentro de mim, e se tecem livremente com as noções de des-idades e de luta – de lutas pela vida.

Assim, vem à minha memória, aos meus sentidos e à razão, como as lutas – que aqui vejo tecidas à poesia e a des-idades – atravessam tempos cronológicos, sociais, internos e externos, sempre que continuam a ter o que dizer, a ter por que lutar, a ter o que fazer, o que sentir, o que enunciar na transformação de uma sociedade, no anúncio e na busca de novos tempos.

São transgressões e insurgências, esperanças e desesperanças, emancipações e encontros, construção de conhecimento sensível e implicado, denúncias e propostas, disposição para lutas por demandas e interesses coletivos, irreverências e rupturas, utopias (no âmbito da sensibilidade, da construção de sociedade mais justa, de rupturas radicais com o sistema capitalista e neoliberal)³. São, em síntese, ações políticas e militâncias pela vida.

2 www.desidades.ufrj.br. Acesso em: 4 abr. 2015.

3 Quando falo em utopia, tenho como inspiração as ideias de Mannheim (1972), formuladas já em 1929. O autor presumia que a mentalidade utópica pressupunha tanto estar em contradição com a realidade vigente, como, igualmente, romper com os ditames da ordem estabelecida. Ademais, utopia, de acordo com Mannheim, se concretiza na ação de grupos sociais, transcende o contexto sócio-histórico e orienta a ação, em direção a elementos que não existem na realidade presente. Trata-se, assim, de uma busca por transformar a ordem existente, de acordo com as concepções próprias aos grupos sociais que a perseguem. Por fim, importa ressaltar que o autor considerava ser a utopia inalcançável apenas dentro de uma determinada ordem social já sedimentada. Para o aprofundamento dessas ideias, sugiro a leitura de: MANNHEIM, K. ‘Ideologia e utopia’. Rio de Janeiro: Zahar, 1972; e BOBBIO, N. et al. ‘Dicionário de política’. Brasília: Editora UnB, Vol. 2, 1999.

Com base no pensamento de Alba Carvalho (2012) e Carlos Nelson Coutinho (2012), ambos fundamentados nas reflexões de Antonio Gramsci, permito-me articular despropósitos, tão presentes no campo da arte e da poesia mais especificamente, com a luta, quando se volta para a ousadia da renovação e da ampliação de possibilidades de transformações da realidade que não corresponde à defesa de interesses coletivos e à universalidade de direitos. Despropósitos e lutas podem, assim, contribuir para a emancipação do pensamento e para a descristalização de visões de mundo, que naturalizam desigualdades e violação de direitos de segmentos mais vulneráveis da população, tais como pobres, negros, portadores de deficiências mentais e físicas, populações do campo, mulheres, segmento LGBTT⁴, crianças e idosos. Carvalho (2012, p. 6) relaciona a ação política, componente fundamental para a luta, com a possibilidade de “ampliar conceitos e redefinir posturas, no compromisso histórico de desvendar o próprio movimento do real, em toda a sua contraditória complexidade, na perspectiva de transformar o mundo contemporâneo”.

A poesia se aproxima

Nas lutas, nas des-idades, na poesia, reconheço, fundamentalmente, o desassossego⁵ e a irreverência, a alegria e a seriedade, a subversão de normas com as quais não estamos de acordo, por confrontarem os caminhos de busca da liberdade e da felicidade, nos contornos como as almejamos.

Mário Quintana (1997, p. 104) vem nos dizer, com o humor e a profundidade que lhe são peculiares, em “Os poemas”.

Os poemas são pássaros que chegam
não se sabe de onde e pousam
no livro que lê.
Quando fecha o livro, eles alçam voo
como de um alçapão.
Eles não têm pouso
nem porto
Alimentam-se um instante em cada par de mãos

4 Refiro-me a lésbicas, gays, travestis e transexuais, historicamente discriminados na sociedade brasileira.

5 Relaciono, de imediato, a significação do termo desassossego com a obra de Fernando Pessoa (1980; 1985) – ou Pessoas? Em ‘Livro do desassossego’ (1983), com autoria do heterônimo Bernardo Soares, o termo parece revelar a ideia de inquietação, diria mesmo de conturbação, por aquilo que não foi feito, dito, alcançado, contrapondo-se ao que o autor chama de ‘sossego de vulgar’ (p. 88). O trecho a seguir, parece-me, ilustra alguns significados de desassossego para o poeta: “Sofri em mim, comigo, as aspirações de todas as eras, e comigo passearam, à beira ouvida do mar, os desassossegos de todos os tempos. O que os homens quiseram e não fizeram, o que mataram fazendo-o, o que as almas foram e ninguém disse – de tudo isto se formou a alma sensível com que passeei de noite à beira-mar. E o que os amantes estranharam no outro amante, o que a mulher ocultou sempre ao marido de quem é, o que a mãe pensa do filho que não teve, o que teve forma só num sorriso ou numa oportunidade, num tempo que não foi esse ou numa emoção que falta – tudo isso, no meu passeio à beira-mar, foi comigo e voltou comigo, e as ondas estorciam magnamente o acompanhamento que me fazia dormi-lo”. (p.187)

e partem.
E olhas, então, essas tuas mãos vazias,
No maravilhado espanto dos saberes
que o alimento deles já estava em ti...

E há uma luta, por certo relacionada à ideia das lidas e estratégias cotidianas, à superação de dificuldades, quando Cora Coralina (1987, p. 45-6), no poema “Ofertas de Aninha”, em seu livro ‘Vintém de cobre’, nos anuncia.

Eu sou aquela mulher
A quem o tempo
Muito ensinou.
Ensinou a amar a vida.
Não desistir da luta.
Recomeçar na derrota.

Ademais, a poeta nos anuncia tantas Coras que em si convivem em “Todas as vidas” (1980, p. 35-6), tais quais nossos tantos ‘eus’, tais quais os tantos heterônimos de Pessoa em Pessoas. Se a diversas ‘Coras’ correspondem demandas e expressões peculiares, também haverá articulações entre elas, como a tessitura que entrelaça as dimensões da vida cotidiana.

Vive dentro de mim/ Uma cabocla velha/ de mau olhado,/ acorçada no pé do
borralho/ olhando para o fogo...
Vive dentro de mim/ a lavadeira do rio Vermelho./ Seu cheiro gostoso de água e
sabão...
Vive dentro de mim/ a mulher cozinheira./ Pimenta e cebola/ Quitute bem feito...
Vive dentro de mim/ a mulher do povo,/ bem proletária,/ bem linguaruda,/ desa-
busada, sem preconceitos...
Vive dentro de mim/ a mulher roceira./ Enxerto da terra,/ meio casmurra./ Traba-
lhadeira./ Madrugadeira./ Analfabeta...
Vive dentro de mim/ a mulher da vida./ Minha irmãzinha.../ tão desprezada,/ tão
murmurada...
Todas as vidas dentro de mim:/ Na minha vida –/ a vida mera das obscuras.

Cora Coralina (1987, p. 109) também se anuncia como ser telúrica (“A gleba está dentro de mim. Eu sou a terra”), bem assim o que vem da terra e lhe habita, ao afirmar, em poema homônimo (p. 108): “A gleba me transfigura”.

A força da simplicidade e da profundidade de Cora permite-nos romper com a limitante configuração corpórea de ser humano, e permite nos transportarmos para as glebas que portamos, e, tal como a poeta, nos transfigurarmos, superando idades, tempos, realidades.

E a luta já se fez presente

Lutar para nós é um destino,
uma ponte entre a desesperança
e a certeza de um mundo novo.
Agostinho Neto (poeta e político angolano)

Qual luta de des-idades estaria longe da crença em valores humanos? Qual luta não nos ensina, e nós a ela não ensinamos?

E é ainda Cora Coralina (1987, p. 139), que anuncia formas de superação frente a adversidades da vida, em seu poema “Aninha e suas pedras”.

Não te deixes destruir...
Ajuntando novas pedras
e construindo novos poemas.
Recria tua vida, sempre, sempre.
Remove pedras e planta roseiras e faz doces. Recomeça.

Qual luta não inclui o semeio, na busca de colheita farta? E a luta traz em si, também, por certo, a utopia. A utopia do que queremos, sem idades ou no campo de des-idades, aquilo que ainda não existe, e que gostaríamos que existisse. Nos dizem Milton Nascimento e Fernando Brant⁶,

Se muito vale o já feito,
mais vale o que será.
O que foi feito é preciso conhecer
Para melhor prosseguir.

Recorro, novamente, a Mário Quintana, com seu poema “Das utopias” (1997, p. 36), escrito em 1948.

Se as coisas são inatingíveis,
Não é motivo para não querê-las.
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas.

Reconheço que luta é conceito polissêmico, que assume ainda mais significados, ao se considerar o contexto em que é utilizado e concretizado. John Comeford (1995) sistema-

6 Trecho da canção “O que foi feito deverá/O que foi feito de Vera”, que integra o CD “Clube da Esquina 2”.

tiza ideias sobre luta, que me servem de inspiração para abordar duas significações: a acepção em que o termo se relaciona a práticas de mobilização, à busca de articulação e união entre atores sociais, em torno da consecução de objetivos que lhes são comuns. Luta, neste sentido, leva à concretização de práticas sociais, dentre as quais se incluem falas e discursos, como ações simbólicas, constitutivas e constituídas de realidades. Com essa concepção fala-se da luta e sobre a luta; fala-se como prática de mobilização, de denúncia, de reivindicação, de diálogo, de articulação. Falar faz “parte de processos de configuração e reconfiguração de vínculos e de grupos sociais” (Comeford, 1995, p. 40). A outra significação de luta, que articulo com des-idades e poesia, refere-se às lidas cotidianas, às estratégias das quais lançamos mão, amiúde, para viver e sobreviver, usufruir da vida, mais ou menos intensamente. Assim me refiro, por considerar que as pequenas revoluções cotidianas podem alicerçar transformações sociais, aparentemente indizíveis e inalcançáveis. Identifico uma convergência entre os dois significados acima para luta: a presença de dificuldades e a busca de sua superação.

E o que é preciso para lutar, no reino das des-idades, das irrazoabilidades? O que é preciso para criar, poetar, no campo das des-idades e irrazoabilidades?

Inspirada no pensamento de Carlos Nelson Coutinho (2012a; 2012b; 2012c), reconheço alguns atores sociais imprescindíveis na luta, que se trava no cotidiano⁷ e a partir das demandas que dele emergem: os movimentos sociais, que podem levá-las, suas demandas, para compor a agenda política local ou nacional. Há que ficar claro que os movimentos sociais atuam a partir da sociedade civil, que, de acordo com Coutinho (2012a; 2012b; 2012c), é terreno de luta de classes e de conflito profundo, posto que inclui embates que, além de revelar as desigualdades econômicas, igualmente podem se referir a intolerâncias e discriminações referentes a gênero e orientação sexual; raça e etnia; geração, por exemplo. Lutar, portanto, requer presença participativa de diferentes segmentos sociais, que podem voltar sua militância para demandas específicas, bem como para aquelas que dizem respeito ao conjunto da sociedade, como são exemplos o aperfeiçoamento do sistema representativo e de instrumentos necessários para as vivências democráticas; e a universalização de bens e acessos ao usufruto de direitos. Lutar, na compreensão de Coutinho (2012a), é tarefa cotidiana e requer, basicamente, formas de organização coletiva, das quais são exemplos sindicatos, movimentos e partidos políticos.

Compreendo que utopia e luta mantêm interseções axiais: a utopia dá sentido à luta, na medida em que aponta na direção das transformações para a qual a luta se volta, quer para a consecução de demandas imediatas de um segmento de trabalhadores (como au-

7 O professor Plínio de Arruda Sampaio (2014), que se reconheceu, em 2008, aos 78 anos de idade (ou desidade?), como há mais de 58 anos empenhado na transformação do Brasil, em direção ao socialismo, traz interessantes ideias sobre a luta como trabalho cotidiano. Ademais, discorre sobre três características fundamentais para a luta – e que me parecem também como motivações para a luta: a perseverança, um cotidiano perseverante, por considerar os extensos períodos para alcançar os seus objetivos; a indignação, diante de tantas contradições que caracterizam a história social e política do país; e a coragem, que para ele “é você continuar lutando, apesar da aparente impossibilidade” (Sampaio, 2014, p. 7). À aparente impossibilidade, associo a significação atribuída por Mannheim (1929/1972) à utopia, como expus na nota de rodapé 5. Sampaio (2014) ressalta, ainda, a necessidade de que os lutadores, ou seja, as pessoas que estão lutando para mudar, encontrem diversificadas formas de organização e que possam se unir diante de lutas concretas.

mentos salariais), quer para mudanças estruturais, como a reforma agrária, reformas de um sistema parlamentar representativo, ou mesmo para a opção de governo quanto ao modelo econômico adotado – de base neoliberal ou socialista, por exemplo. A propósito, Coutinho (2012b) compreende democracia como socialização da propriedade e do poder, o que implica participação. É por demais difundida a sua afirmativa de que “só há plena democracia no socialismo, porque a divisão da sociedade em classes cria déficits de cidadania, de participação política” (p. 24).

Portanto, lutas não de ser concretizadas para a criação ou consolidação de instrumentos de participação popular, de espaços de mobilização e decisões coletivas, tais como fóruns, além dos movimentos, sindicatos e partidos políticos já anteriormente referidos. Democratização⁸, desta forma, é razão para luta.

Luta que se peculiariza quando relacionamos democracia, direito à participação, relacionando-os a idades. Se sobre elas pensarmos sob o viés, ainda hegemônico, da linear temporalização biográfica, deparamo-nos com déficits de cidadania. Relaciono tal peculiaridade de luta a ideias e construtos que podem dar suporte a des-idades, e que requerem esforço acadêmico e de mobilização política para alcançá-los, tais como: a inclusão da fala dos historicamente silenciados, entre os quais se incluem crianças e adolescentes, e idosos; o trato dos problemas coletivos e a partilha de decisões, em espaços diversificados da cena pública, com a participação desses sujeitos; a efetivação de investigações acadêmicas em que crianças e adolescentes são co-construtores de dados, junto a pesquisadores (Pinheiro, 2013).

Poesia, luta, Des-idades

Acrescento, agora, versos de mais alguns poetas. Lutadores também? Parece-me que sim. Um é o compositor argentino Leon Gieco, que clama, em sua canção “Sólo le pido a Dios”⁹,

Sólo le pido a Dios
Que el dolor no me sea indiferente
Que el injusto no me sea indiferente
Que la guerra no me sea indiferente
Que el engaño no me sea indiferente
Que el futuro no me sea indiferente
...

Há potência transformadora no clamor de Leon Gieco para que ‘a dor, o injusto, a guerra, o engano e o futuro’ – a nós não nos sejam indiferentes. Há potência para luta, se eles continuam em nós, no campo da sensibilidade, da instigação e da indignação. São alimen-

8 Coutinho (2012c, p. 36) compreende democratização como “o processo de crescente socialização da política com maior participação na política, e, sobretudo, a socialização do poder político”.

9 A música consta do CD “Mercedes Sosa – Para Cantar He Nacido”.

tos, são seivas da luta e para a luta. Como lutar, quando o futuro nos é indiferente? Como romper com as amarras dos padrões etários, a não ser que nos encharquemos de irrazoabilidades para o mundo presente, de forma a vislumbrar outros futuros?

E como cultivar idades a perder de vista, entre nós e em nós, por dentro e por fora?

Em uma composição, Francis Hime e Milton Nascimento ressaltam a potência das parcerias e que, a partir delas, ao transformar os presentes, é possível reinventar futuros.

Primeiro cruzamos caminhos
Corremos o verde do tempo
Pisamos o chão como índios
Nascemos do mesmo luar
E, então, inventamos futuro
Juramos a cumplicidade
[...]
De fato teimosos que somos
Partimos direto pra briga
Não houve desfeita ou intriga
Que nos confundisse a razão¹⁰

Somos nós jovens, crianças, adultos, velhos, adolescentes e outras idades, que nem mesmo sabemos nominar? Ser humano do tempo de des-idades e despropósitos, criança mais desassossegada não conheço do que aquela que está, que se revela, que se constrói na poesia de Manoel de Barros. Reconheço desmesurada potência em seus versos, capazes de transformar realidades que, aparentemente blindadas e a toda prova, se fazem flácidas e mesmo delicadas, diante do vigor incomensurável da poesia.

Diz-nos o poeta, em ‘Memórias inventadas – A infância’, obra publicada quando Manoel de Barros estava com 87 anos de idade (ou DesIdade?),

Tudo o que não invento é falso.
Porque se a gente fala a partir do ser criança, a gente faz comunhão: de um orvalho e sua aranha, de uma tarde e suas garças, de um pássaro e sua árvore.
Eu sei dizer sem pudor que o escuro me ilumina.
Uso a palavra para compor silêncios.

Já em ‘O Fazedor de amanhecer’, Barros nos sussurra uma terna confiança, em dois tempos, “só o silêncio faz rumor/ no voo das borboletas”.

Diz mais ainda, “com as palavras se podem multiplicar os silêncios”.

E aponta uma invenção sua, literalmente relacionada ao firmamento, e aos tantos dos seus mistérios, “o fazedor de amanhecer para usamentos de poetas”.

¹⁰ A música está no CD ‘Essas Parcerias’, de Francis Hime.

Nutrindo a luta e para a luta

Na poesia e na luta, há o nutriente da delicadeza e da irreverência, de utopias e subversões; de resistências e de encontros. Há lutas que, em parcerias, conservamos e cultivamos dentro e fora de nós. A propósito, assim se expressou uma jovem militante, durante evento¹¹ realizado em Fortaleza, em maio de 2014, “A gente luta bastante e festeja bastante”.

Ainda a respeito de parcerias, sobre as quais nos falavam, há pouco, Francis Hime e Milton Nascimento, há uma pulsante expressão, utilizada por Mia Couto (2005), no livro ‘O último voo do flamingo’, ao falar do “tear de interexistências a que chamamos ternura.” (p.110)

É neste campo de (re)ações e (re)configurações, que vislumbro o vigor da expressão que se segue, do movimento Hip Hop, ao nos conclamar a estar ‘junto e misturado’, para, na realidade concreta, construir a superação da segregação e da opressão.

E me dou conta de tantas parcerias que firmei e reafirmei, ao longo da construção deste texto, entre despropósitos e utopias, poesias e lutas. E sinto que vou seguir firmando-as, ao partilhar o seu conteúdo, por meio de sua publicação.

Ademais, ir à luta, fazer-nos luta, ultrapassa obstáculos e vislumbra, por certo, algo diferente, desejado, pungente. Encontro ressonância no que diz Chico Buarque, “apesar de você, amanhã há de ser, outro dia”. Des-idades, luta, poesia.

Aliadas à poesia e à luta, reconheço na indignação e na esperança forças incomensuráveis de des-idades. Ou será que elas – indignação e esperança – é que são forças para as des-idades? Ou, mais ainda, será que elas – luta, poesia, indignação e esperança – estão presentes nas des-idades, e as des-idades presentes em todas elas?

Versos do compositor Belchior iluminam minha compreensão, “o que transforma o velho no novo/ Bendito fruto do povo será”¹².

E, assim, no reino da poesia e das lutas, da indignação e da esperança, da irreverência e dos encontros, a travessia se faz, des-idades se presenciam, se concretizam. Militância pela vida e na vida, e em estado de poesia. Sempre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, M. de. **Exercícios de ser criança**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1999.

_____. **O fazedor de amanhecer**. Rio de Janeiro: Salamandra, 2000.

_____. **Memórias inventadas** – A infância. São Paulo: Planeta, 2003.

11 Seminário “A Cidade para Quem? Crise Estrutural do Capital e Perspectivas de Superação”, promovido pelo Comitê Popular da Copa, CEDECA-Ceará (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente) e Diaconia ActAlliance.

12 Trecho da música “Como o Diabo Gosta”. A letra completa pode ser encontrada em www.lettras.mus.br/belchior Acesso em: 10 mai. 2014.

- BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política**. 12. ed. Brasília: Editora UnB, Vol. 2, 1999.
- CARVALHO, A. M. P. de. Carlos Nelson Coutinho. A Ousadia da Renovação e da Ampliação do Marxismo nos Movimentos da História. In: Plebeu Gabinete de Leitura. **Para os que Vivemos e Lutamos no Sul do Mundo** – Nossa Homenagem a Carlos Nelson Coutinho. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura & ENFF, 2012. p. 4-6.
- COMEFORD, J. C. Falando de luta: observações sobre a noção de luta entre trabalhadores rurais. **Antropologia Social**, n. 5, p. 39-60, 1995.
- CORALINA, C. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. 3. ed. Goiânia: UFG Editora, 1980.
- _____. **Vintém de cobre** - Meias confissões de Aninha. 4. ed. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1987.
- COUTINHO, C. N. Entrevista de Carlos Nelson Coutinho por Igor Fellipe Santos, em 2005. In: Plebeu Gabinete de Leitura. **Para os que Vivemos e Lutamos no Sul do Mundo** – Nossa Homenagem a Carlos Nelson Coutinho. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura & ENFF, 2012a. p. 7-14.
- _____. Entrevista de Carlos Nelson Coutinho, por Emiliano José e José Corrêa Leite, em 2002. In: Plebeu Gabinete de Leitura. **Para os que Vivemos e Lutamos no Sul do Mundo** – Nossa Homenagem a Carlos Nelson Coutinho. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura & ENFF, 2012b. p. 15-30.
- _____. Entrevista com Carlos Nelson Coutinho por Hamilton Octávio de Souza, Marcelo Salles, Renato Pompeu e Tatiana Merlino. In: Plebeu Gabinete de Leitura. **Para os que Vivemos e Lutamos no Sul do Mundo** – Nossa Homenagem a Carlos Nelson Coutinho. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura & ENFF, 2012c. p. 31-40.
- COUTO, M. **O último voo do flamingo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- NERUDA, P. **Confesso que vivi** - Memórias. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1987 (Original de 1974).
- OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- PESSOA, F. **O eu profundo e os outros eus**. Seleção e nota editorial de Afrânio Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____. **Livro do desassossego, por Bernardo Soares**. Seleção e introdução por Leyla Perrone Moisés. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. **Poemas escolhidos**. Seleção e apresentação de Jorge Fazenda Lourenço. Lisboa: Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 1985.
- PINHEIRO, A. de A. A. Infancias y Representaciones Sociales. In: NAVARRO, C. S. (coord.) **I Seminario Interamericano sobre el Derecho a la Participación de Niños, Niñas, Adolescentes y Jóvenes: Metodologías e Prácticas para la Formación de Educadores**. París: BICE, 2013. p. 33-40.
- QUINTANA, M. **Antologia poética**. Porto Alegre: L&PM, 1997.
- SAMPAIO, P. de A. Nós que Amamos a Revolução: Narrativas de Paixão e Luta Socialista no Brasil. In: GONÇALVES, A.; SAMPAIO, A.; SOUTO, V. (Org.). **Uma homenagem a Plínio de Arruda Sampaio**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2014.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

www.chicobuarque.com.br. Acesso em: 10 mai. 2014.

www.frases.globo.com. Acesso em: 2 abr. 2015.

www.letras.mus.br/belchior. Acesso em: 10 mai. 2014.

www.movimentohiphop.com. Acesso em: 5 abr. 2015.

www.pensador.uol.com.br. Acesso em: 2 abr. 2015.

www.suspeitas.blogs.sapo.pt. Acesso em 2 abr. 2015.

RESUMO

O texto busca uma articulação possível entre des-idades, poesias e lutas. Para tanto, lança mão de alguns textos poéticos, de autores brasileiros (Mário Quintana, Cora Coralina, Manoel de Barros, Belchior, Chico Buarque, Francis Hime e Milton Nascimento) e estrangeiros (Fernando Pessoa, Pablo Neruda, Leon Gieco, Mia Couto, José Saramago), que abordam a força da poesia, no sentido de fazer-se despropósitos, revelar o cotidiano, interrogá-lo e levar-nos a desassossegos e reflexões sobre rupturas de dimensões que possam impedir a concretização da vida e contribuir para as transformações de ordens estabelecidas com as quais não se concorda. Os conteúdos dos poemas são relacionados a conceitos de luta (J. Comeford; Plínio de A. Sampaio), ação política (Alba Carvalho; Carlos Nelson Coutinho); utopia (K. Mannheim) e à desconstrução possível da rigidez que usualmente é imposta a noções de idades.

PALAVRAS-CHAVE: poesia, luta, utopia, (des)idades.

DATA DE RECEBIMENTO: 11/06/15

DATA DE APROVAÇÃO: 01/11/15



Ângela Pinheiro

Psicóloga, doutora em Sociologia, professora da Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil, integrante do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC/ UFC), autora do livro 'Criança e adolescente no Brasil: Porque o abismo entre a lei e a realidade' (Edições UFC, 2006).

E-mail: a3pinheiro@gmail.com



Imagem: ultrad.com.br

Análise da produção bibliográfica em livros sobre a infância e a juventude na América Latina

Lucia Rabello de Castro, Isa Kaplan Vieira, Juliana Siqueira de Lara, Karima Oliva Bello e Sabrina Dal Ongaro Savegnago

1. Introdução

Os campos da infância e da juventude têm sido compreendidos como eminentemente transdisciplinares (Alderson, 2013; Wyn, Cahill, 2015) para onde confluem e interagem perspectivas disciplinares distintas. Tomando como um campo integrado e conjunto, ou como campos disjuntos e específicos, eles têm sido responsáveis pelo surgimento de um número significativo de novos veículos para a divulgação da produção científica, muitos em língua inglesa, como por exemplo: ‘Childhood’, lançada em 1993, ‘Young’, em 1993, ‘Children, Youth and Environments’, em 1984, ‘Youth and Society’, em 1969, ‘Children and Society’, em 1987, e outros latino-americanos, como a ‘Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud’, iniciada em 2003, a revista chilena ‘Última Década’, especializada em estudos sobre juventude, lançada em 1993 e a revista colombiana ‘Infancias Imágenes’, iniciada em 2002. No Brasil, lançamos em dezembro de 2013 o periódico DESIDADES, com o objetivo de divulgar a produção

científica latino-americana sobre infância e juventude no âmbito das Ciências Humanas e Sociais.

Este periódico apresenta, a cada edição, o levantamento de obras científicas publicadas sob a forma de livro, relativas ao trimestre anterior, nas áreas de Ciências Sociais e Humanas, no âmbito dos países latino-americanos. Essa produção é responsável por visibilizar discussões e experiências de pesquisa que, frequentemente, não se fazem circular tão mais fácil e amplamente que quando veiculadas em periódicos.

Em estudo que se propôs a divulgar a preferência dos diferentes canais de comunicação de pesquisadores, principalmente professores de cursos brasileiros de pós-graduação, Mueller (2005) revelou que a publicação de livros e capítulos de livros apresenta dados significativos nas áreas das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes. As preferências dos pesquisadores das áreas das Ciências Humanas são, na ordem: periódicos nacionais, seguido dos capítulos de livros, anais de congressos nacionais, livros completos e periódicos estrangeiros; nisto se diferem dos pesquisadores das Ciências Exatas e da Terra, Biológicas e Engenharias que, segundo os dados obtidos, recorrem muito menos ao canal livro e capítulo de livro, preferindo publicar em periódicos.

Analisar a produção bibliográfica de uma área pode resultar em indicações valiosas para apreciar seu estado da arte e, sobretudo, aferir tendências e relações entre a produção científica e fatores críticos mais amplos, de ordem política e social. Um exemplo é a análise empreendida por Sposito e Colaboradores (2009), sobre teses e dissertações no Brasil, que enfocou especificamente a temática da juventude nas áreas das Ciências Sociais, Educação e Serviço Social. O balanço realizado aponta para os desafios relativos à estruturação desse campo cuja emergência recente mostra recorte pouco específico. Neste sentido, o estudo apontou que qualquer reflexão mais atenta sobre a condição juvenil requer a construção de uma transversalidade de questões e modos de investigá-las frente à diversidade das pesquisas deste campo.

Também Castro e Kominsky (2010) empreenderam uma análise do estado da arte dos estudos da infância a partir das publicações em artigos de 64 periódicos científicos no âmbito das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia, Comunicação, Ciência Política). A análise dos periódicos mostra a posição incipiente dos estudos sobre a infância no campo das Ciências Sociais no Brasil. Embora a promulgação de legislação nacional e internacional dos direitos da criança tenha alavancado o número de publicações, os tópicos que abarcam ainda estão restritos a temas na interface entre Educação e Sociologia. Nos grupos de trabalho institucionalizados dos Simpósios de Associações de Pós-graduação não foram encontradas discussões sobre estudos da infância, apenas da juventude.

Tais análises podem fazer ver lacunas importantes no conjunto da produção bibliográfica ao oferecerem um panorama amplo dos campos, utilizando-se de alguma mediação – artigos, teses, dissertações – publicadas ao longo de um determinado período de tempo. Neste artigo, debruçamo-nos sobre o trabalho empreendido pelo próprio periódico DESIDADES, acumulado ao longo do período de janeiro de 2014 a junho de

2015, para examinar e discutir algumas tendências na produção bibliográfica em livros sobre infância e juventude nos países latino-americanos.

Em primeiro lugar, nos damos conta de que, embora contando com a vantagem da proximidade geográfica, o intercâmbio científico entre países latino-americanos se faz com certa dificuldade, mesmo que o compartilhamento de discussões sobre problemas comuns da infância e da juventude seja cada vez mais relevante e premente. Urge aprofundar uma discussão que potencialize teorias mais afinadas com a singularidade histórica e política destes países. Parece importante evidenciar como se desenha o panorama da produção latino-americana, tanto nas suas ênfases temáticas, como também nas dificuldades práticas de ir além das fronteiras nacionais de cada país. Evidenciar este panorama favorece mobilizações e debates na direção de se construir uma rede regional de interações acadêmicas. Neste artigo, esperamos chamar a atenção para aspectos que possam contribuir para incrementar o debate latino-americano sobre a infância e a juventude, ao examinar o conjunto de publicações no sentido de ‘o que’, ‘como’ e ‘quanto’ está sendo produzido sob a forma de livro. Com bases nas análises feitas, almeja-se também fornecer elementos para instigar o interesse para a formação de redes de interação e pesquisa nos campos da infância e juventude e promover a reflexão acerca dos investimentos e do interesse do mercado editorial por estes campos.

2. Metodologia de busca das obras divulgadas nos Levantamentos Bibliográficos do periódico **DESIDADES**

A análise deste balanço baseou-se nos dados obtidos a partir dos levantamentos bibliográficos publicados pelo Periódico no período de janeiro de 2014 a junho de 2015. Tais levantamentos tiveram periodicidade trimestral, de acordo com o lançamento de cada edição da revista, e contaram com uma equipe de assistentes para a sua realização.

No levantamento publicado pela edição inicial do Periódico, de dezembro de 2013, foram coletados dados somente de obras brasileiras publicadas de janeiro a novembro do mesmo ano. A equipe¹ consolidou uma lista de editoras brasileiras, divididas em universitárias e comerciais, pesquisadas através do site da ABEU (Associação Brasileira de Editoras Universitárias) e através de buscas virtuais e presenciais em livrarias. Essa primeira lista de editoras foi acrescida, ao longo das edições posteriores, de outras editoras brasileiras, assim como de editoras de outros países latino-americanos.

A inclusão de potenciais editoras na lista do Periódico foi feita a partir de um filtro que descartou aquelas editoras que possuíam endereços eletrônicos expirados ou desatualizados há mais de dois anos, ou aquelas que fossem destinadas a âmbitos do saber muito específicos sem qualquer conexão com os campos da infância e juventude. Foram excluídas

¹ Agradecemos à equipe de buscas: Arthur José Vianna Brito, Clara Marina Hedwig Willach Galliez, Isa Kaplan Vieira, Juliana Siqueira de Lara, Luciana Mestre, Marina Provençano Del Rei, Paula Pimentel Tumolo, Priscila Gomes, Suzana Santos Libardi e Yasmim Sampaio dos Santos.

também da lista editoras que continham exclusivamente obras religiosas, de literatura e de desenhos gráficos.

A partir da segunda edição, março de 2014, e ao longo das cinco edições subsequentes, que foram incluídas na presente análise, o número de editoras na lista de busca incluiu os seguintes países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Venezuela, Cuba, Bolívia, Costa Rica, Nicarágua, Guatemala, Peru, Paraguai e Uruguai. A lista passou a contar com 195 editoras brasileiras (106 comerciais e 89 universitárias), e 254 de países latino-americanos de língua espanhola, totalizando 449 editoras latino-americanas.

A lista consolidada tem servido como um banco onde a cada edição se buscam, nos respectivos sites eletrônicos das editoras, as publicações daquele trimestre nos campos da infância e juventude. Os levantamentos das obras são feitos através de termos-chave, tais como: “infância”; “juventude”; “crianças”; “jovens”; “escola”; “educação”; “adolescência”; “adolescentes”. A seção de “Lançamentos” de cada editora também é consultada, quando existente em seus sites.

Nem todas as obras encontradas através desses procedimentos são incluídas na lista a ser publicada trimestralmente. Além do fato de que para ser selecionado o livro deve tratar de temas relativos à infância e/ou juventude no campo das Ciências Sociais e Humanas, estas obras devem conter, primeiramente, informações editoriais, como o seu título, a autoria, o ISBN, o número de páginas, o ano e o mês de publicação, o seu resumo e a cidade de origem da editora. Sendo fornecidos esses dados e tendo seu mês de lançamento ocorrido no trimestre anterior ao número de edição do Periódico, a obra passa por outro filtro, que é o da leitura do conteúdo de seu resumo. A obra, cujo título se torna elegível para ser publicado no levantamento da revista, deve ser resultado de pesquisa científica, ou reflexão teórica ou metodológica, sendo excluídas aquelas enquadradas como manuais didáticos, manuais pedagógicos, obras de auto ajuda, literatura infantil ou juvenil, ou obras de cunho médico. Alguns exemplos de obras não incluídas a partir do filtro temático foram: “Educar sem violência: Criando filhos sem palmadas” ou “Embriologia humana integrada”.

Neste processo, a cada edição, apresentam-se diversas dificuldades, especialmente, no que diz respeito à disponibilidade de informações sobre as publicações. Em muitos sites de editoras, não há uma sessão de lançamentos ou, na maioria das vezes, essa se encontra desatualizada; alguns sites, por exemplo, têm seus últimos lançamentos anunciados com datas de três anos atrás. Além disso, informações técnicas sobre o livro, principalmente o mês e o ano de lançamento, frequentemente não são apresentadas. A equipe busca contornar tais dificuldades se valendo de outras ferramentas de pesquisa, como o site do Facebook, anúncios de lançamentos na própria busca do Google, busca em sites de redes/associações de editoras e/ou em blogs de eventos que anunciam a publicação dos livros. Mesmo se utilizando dessas alternativas, a busca pelas informações completas sobre uma obra não é sempre bem sucedida, e a mesma acaba não entrando no levantamento do Periódico por este motivo.

A aproximação direta com as editoras, como um recurso adicional para alimentar o levantamento de publicações, também tem se provado frequentemente infrutífera. No iní-

cio de 2014, o Periódico enviou uma carta a todas as editoras da lista, encaminhada aos endereços eletrônicos divulgados nos seus respectivos sites, em que se solicitava que, ao publicarem livros sobre a temática da infância e/ou juventude, notificassem-no para uma possível inserção da obra no levantamento. O índice de resposta das editoras foi extremamente baixo, e muitas mensagens voltaram, o que aponta para a desatualização dos e-mails das editoras nos seus respectivos sites. Além disso, em outros casos, as editoras incluíram o e-mail da revista em sua própria 'newsletter', outras disseram não possuir obras com as temáticas em questão, algumas mostraram interesse de enviar exemplares de livros para o endereço do Periódico, e duas editoras associaram a solicitação com a área de literatura infanto-juvenil. Essa aproximação parece indicar certa desorganização administrativo-comercial das editoras ao responder de forma precária a solicitações que contribuem para a divulgação de suas próprias publicações. Também nos parece indicar um relativo desprestígio comercial das publicações científicas sobre infância e juventude que, do ponto de vista das editoras, não parecem ser muito lucrativas.

3. Análise e discussão

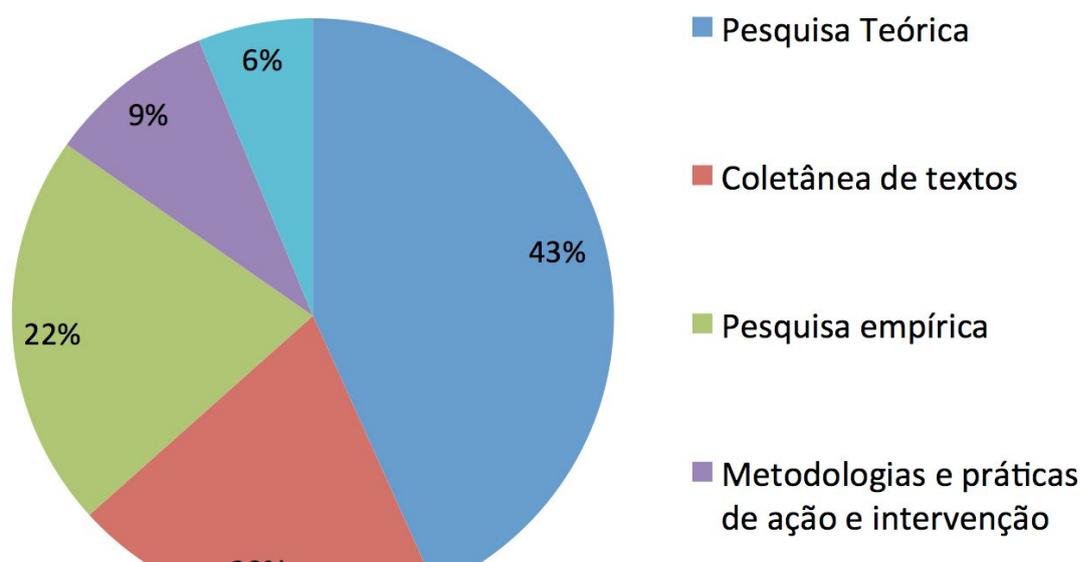
Para fins da presente análise, tomamos os resultados obtidos a partir dos Levantamentos Bibliográficos publicados pelo Periódico a partir da segunda edição da revista, lançada em março de 2014, quando as editoras latino-americanas de língua espanhola foram incluídas. A partir desta edição do Periódico, o número de editoras da lista incluiu os países da Argentina, Chile, Colômbia, México, Venezuela. A partir da sétima edição do Periódico, em março de 2015, editoras dos países Cuba, Bolívia, Costa Rica, Nicarágua, Guatemala, Peru, Paraguai e Uruguai também foram agregadas à lista para a realização das buscas das obras.

3.1 Os campos da infância e juventude interessam às editoras?

As editoras incluídas na listagem do Periódico constituem uma amostragem de cada país, ainda que não representativa, tendo em vista que a metodologia de inclusão pressupõe a possibilidade de acesso a elas por meio de seus sites. Muitas foram as editoras excluídas cujos sites estavam sistematicamente fora do ar e desatualizados. Mesmo assim, pudemos traçar um panorama de como, em cada país, se comporta o mercado editorial em relação à divulgação de trabalhos científicos sobre a infância e a juventude.

A Figura 1 apresenta o número de editoras incluídas na lista de busca por país latino-americano, e o número de editoras que tiveram efetivamente obras incluídas no levantamento em alguma das seis edições.

Figura 1: Número de editoras incluídas na lista de busca, por país / Número de editoras que tiveram obras incluídas no levantamento bibliográfico, por país.



(*) países cujas editoras foram incluídas a partir da 7ª edição do Periódico

O que ressalta na figura 1 é a defasagem entre o número de editoras incluídas na lista (n=449), e o número de editoras que efetivamente publicaram sobre infância e/ou juventude no período (n=88). O exame sistemático, ao longo de mais de um ano, das informações sobre as publicações das 449 editoras selecionadas da nossa lista, mostrou que apenas 20% delas aparecem como tendo publicado nestes campos. Três países aparecem no topo da lista com quase 80% do total de editoras incluídas na lista - Brasil, Argentina e México. O resultado obtido para o Brasil, com 43% do total das editoras da lista, tem a ver com o fato de a lista incluir 195 editoras brasileiras, ao passo que tão somente 254 editoras de todos os outros países latino-americanos. É forçoso dizer que, para a equipe, o fato de se navegar em sites brasileiros, “nacionais”, pode ajudar a tarefa de busca de editoras. Cabe ressaltar que a inclusão de outras editoras na lista tem sido um objetivo permanente de modo a abarcar um número próximo deste universo.

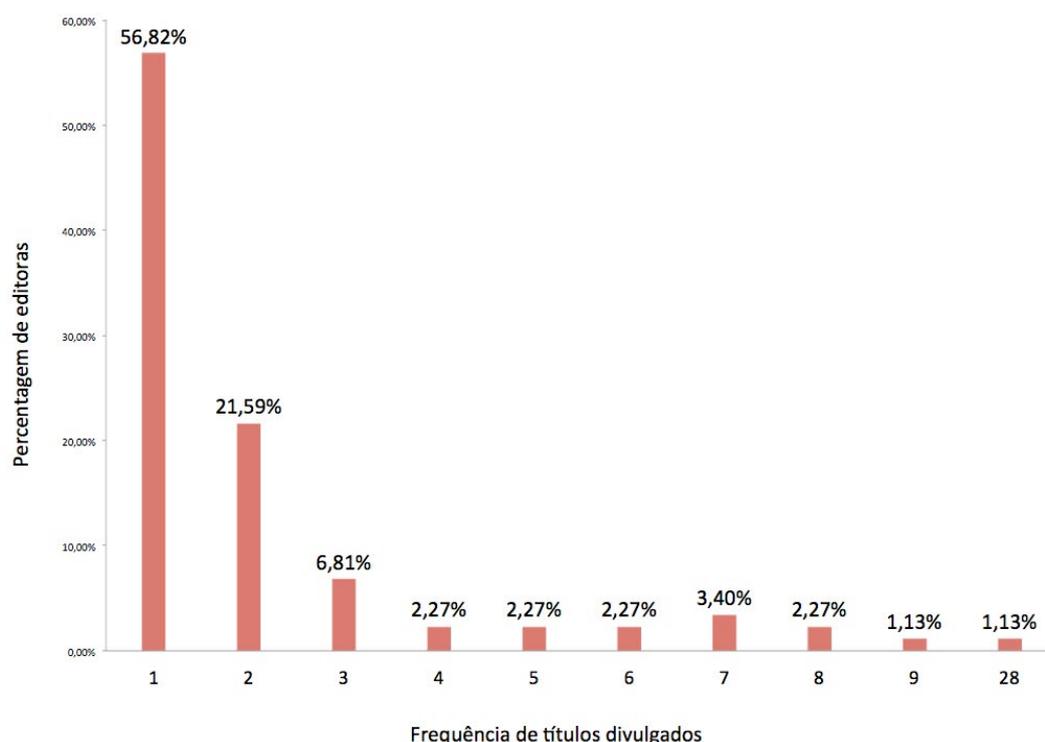
Nem sempre o número de editoras de algum país resulta em uma maior contribuição na divulgação de títulos sobre infância e/ou juventude. É o caso do Chile, se comparado ao México, por exemplo: no primeiro, embora mostre um menor número de editoras incluídas na lista em relação ao segundo, esse apresenta uma proporção superior de editoras que publicam nestes campos. Embora a ordenação obtida tenha que levar em conta que as editoras de alguns países entraram tardiamente na lista e, portanto, são os que arcam em geral com um percentual pequeno de editoras na mesma, há exceções dignas de nota. Por exemplo, o Peru, incluído tardiamente, encontra-se em quarto lugar com 6,9% de editoras na lista, logo depois do México, que arca com 10%. Colômbia e Venezuela, ambos os países incluídos desde o início, em conjunto, somam menos que 3% das editoras incluídas na lista.

Do total de editoras que publicaram obras sobre infância e juventude no período, foram as editoras brasileiras, 61,36%, que se destacaram quanto ao maior volume de publicações no período. Este resultado converge com o fato de que há mais editoras brasileiras na lista de busca do Periódico. No entanto, não parece haver uma relação direta entre número de editoras incluídas e seu potencial para divulgação de obras nos campos da infância e juventude. Embora alguns países tivessem tido muitas editoras incluídas na lista (11 para Cuba e Uruguai, 21 para o Paraguai e 31 para o Peru), eles tiveram nenhuma (Cuba e Uruguai), ou apenas uma editora (Paraguai e Peru) que contribuiu com publicações sobre infância e juventude no período.

O que podemos constatar, com certa consternação, é que os campos de estudos e pesquisas científicas sobre infância e juventude não parecem exercer grande atratividade por parte das editoras. Isto nos fala das possibilidades mais rarefeitas de publicação sobre infância e juventude oferecidas pelas editoras, quando um número relativo bastante reduzido dentre elas parece se interessar na divulgação de estudos e pesquisas destes campos.

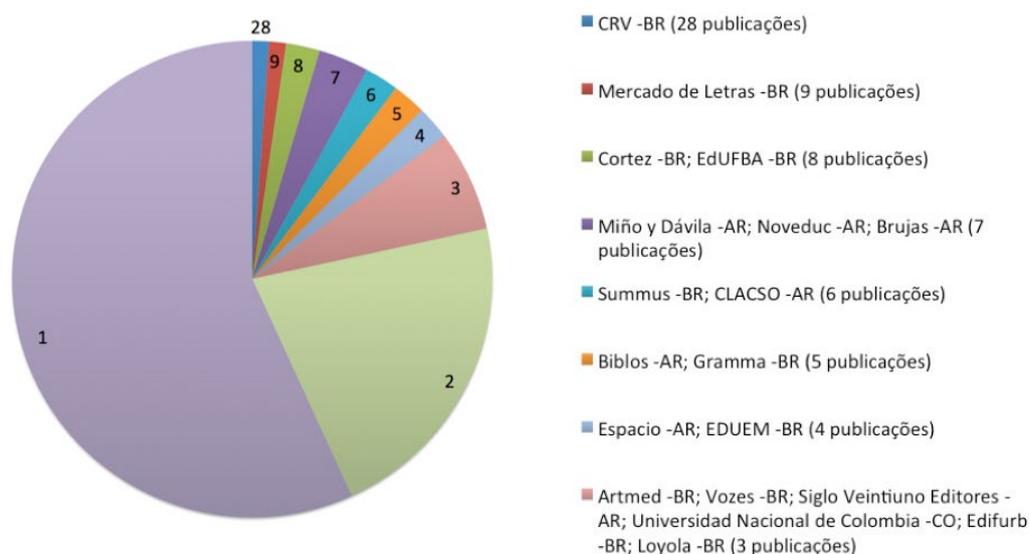
De maior relevância para nossa análise é o exame do número de publicações levantadas pelo Periódico e como se dá a distribuição das publicações por cada editora. Vemos que, no período em questão, foi divulgado um total de 210 títulos que se distribuem bastante irregularmente pelas 88 editoras que efetivamente publicaram sobre infância e/ou juventude. Agrupando as editoras pela frequência de títulos divulgados pelo Periódico no período, podemos ver como se dá a distribuição destas publicações pelas editoras. A Figura 2, abaixo, apresenta esta distribuição.

Figura 2: Distribuição da frequência de títulos divulgados pelas editoras



Digno de nota é o fato de que 50 editoras (56,82%) contribuem com apenas uma publicação no período analisado, no total de 210 títulos divulgados pelo Periódico. Esta parece ser a contribuição módica das editoras para o campo de estudos da infância e juventude. Outras vinte e cinco editoras (28,41%) contribuem com 2 ou 3 publicações no período. Assim, cerca de 85% das editoras contribuíram com uma, duas ou até três publicações no período. A Figura 3, abaixo, mostra quais editoras se destacam, com 3 ou até 28 publicações no período, na relação com as demais.

Figura 3: Distribuição da frequência de títulos publicados pelas editoras e nominata daquelas com a frequência de 3 a 28 publicações no período



Observa-se que a distribuição de editoras que tiveram livros divulgados contempla majoritariamente o Brasil, seguido de editoras da Argentina e Colômbia. Dentre as editoras que tiveram maior número de títulos divulgados (25% das contribuições no total de publicações levantadas) há quatro editoras brasileiras: CRV, EdUFBA, Mercado de Letras e Cortez.

A editora comercial CRV, do Paraná, destaca-se dentre todas, com 28 livros divulgados no período, 13,33% do total. Este dado chama a atenção pois, em seguida, as editoras comerciais Mercado de Letras e Cortez, ambas de São Paulo, publicaram, respectivamente, 4,29% e 3,81% dos livros divulgados pelo Periódico, ocupando a segunda e a terceira posição em relação ao número de livros por editora. Depois destas quatro editoras brasileiras citadas, aparecem editoras argentinas, em especial, Miño y Dávila, Noveduc e Brujas, que foram responsáveis, cada uma, por 3,33% dos títulos divulgados pelo Periódico. A editora CLACSO, também da Argentina, especializada em publicações na área de Ciências Sociais, contribuiu com 2,86% das publicações.

Coube à editora universitária da Universidade Federal da Bahia (EdUFBA) a melhor posição, dentre as editoras universitárias, em número de publicações, com 3,81% dos títulos divulgados pelo Periódico.

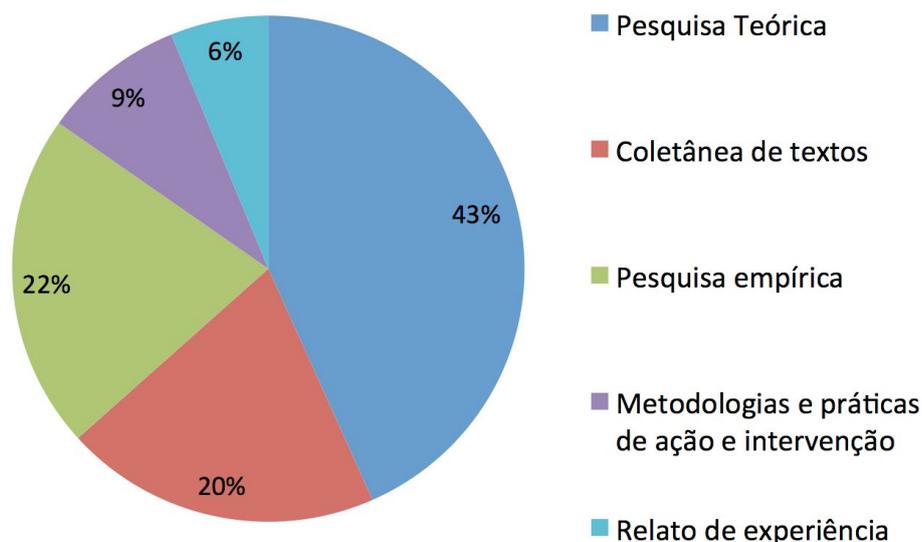
3.2 Como se caracterizam as publicações em livro sobre infância e juventude na América Latina?

Algumas análises foram feitas sobre o conteúdo dos títulos divulgados pelo Periódico. Interessou-nos saber, por exemplo, sobre o tipo de publicação, se versavam sobre infância e/ou juventude, a que campo disciplinar estavam preponderantemente associadas e, ainda, quais temáticas abordavam. Neste sentido, podemos obter um panorama mais qualitativo sobre o que tem sido publicado em infância e juventude na forma de livros nos países latino-americanos.

Para tal, foram organizadas as informações considerando os seguintes eixos: 'a) Título do livro'; 'b) País onde o livro foi publicado'; 'c) Tipo de editora', em que as editoras brasileiras foram discriminadas entre universitárias, isto é, que eram vinculadas a alguma universidade, e editoras comerciais. As editoras de outros países também abarcavam comerciais e universitárias, mas não foram discriminadas. 'd) Campo abordado pela obra', o qual foi classificado, exclusivamente, pela menção declarada no título e/ou resumo da obra pelos seguintes termos, "infância", "juventude" e/ou "adolescência" ou "crianças", "jovens" e/ou "adolescentes". Algumas das obras selecionadas não mencionaram 'explicitamente' tais campos, mas continham debates e reflexões sobre temas julgados relevantes sobre a infância e a juventude. Estes casos foram classificados com a sigla ND - Não Declarado. 'e) Área de conhecimento da obra', classificada, primeiramente, a partir da informação da própria editora. Em muitos casos, entretanto, essa informação não era declarada, cabendo às autoras do presente artigo a realização da classificação, segundo o conteúdo do resumo da obra e seu sumário e/ou área de formação do autor. A classificação realizada seguiu a Tabela de Áreas do Conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/Brasil². Entretanto, pareceu-nos relevante o acréscimo da área nomeada como Psicanálise como área específica e não subposta à Psicologia. Livros que possuíam mais de três áreas do conhecimento simultâneas foram classificados como multidisciplinares. 'f) Tipo de produção', classificação embasada no agrupamento normalmente realizado por periódicos científicos. Incluíram-se, assim, as categorias Pesquisa Empírica, Coletânea de Textos, Relato de Experiência, Pesquisa Teórica e Metodologias e Práticas de Ação e Intervenção, classificação feita a partir da leitura do resumo e do sumário, quando este estava disponível para consulta. As categorias Relato de Experiências e Metodologias e Práticas de Ação e Intervenção, embora possam se remeter a conteúdos empíricos, se distinguem da categoria Pesquisa Empírica pelo fato de que, de acordo com o resumo apresentado, não são resultados de pesquisa, mas relatos sobre experiências e intervenções. A categoria Coletânea diz respeito a uma coleção de textos de diferentes autores sobre uma temática, podendo contemplar pesquisas teóricas e/ou empíricas. A Figura 4 apresenta a distribuição de obras divulgadas pelo Periódico segundo o tipo de produção.

2 <http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>

Figura 4: Distribuição percentual das publicações segundo o tipo de produção

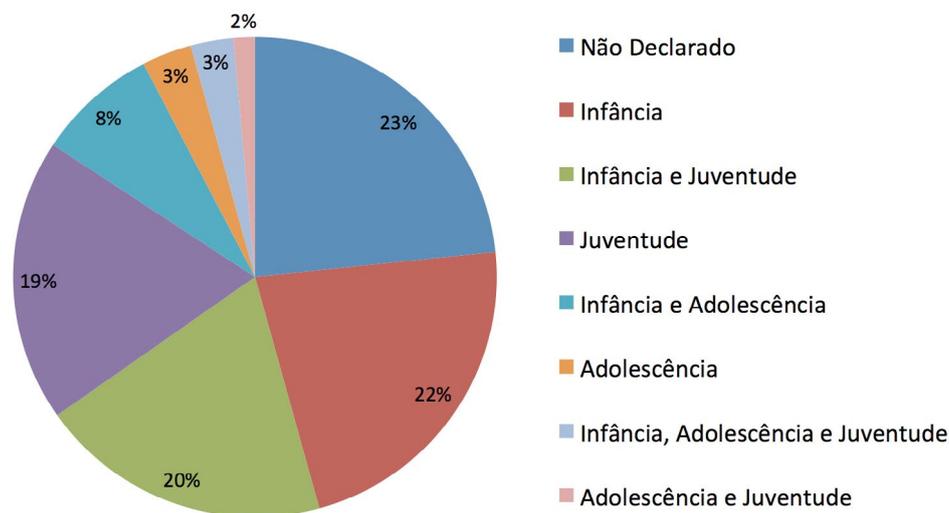


Interessa aqui, principalmente, destacar a preponderância das pesquisas de cunho exclusivamente teórico, com 91 publicações, equivalente a 43,33% do total. A produção bibliográfica do tipo pesquisa empírica aparece com um percentual relativamente baixo, quase a metade da teórica, com 45 publicações, 21,43% do total, embora devemos levar em conta que as coletâneas possam estar também contemplando pesquisas empíricas.

Sobre a primazia da produção da pesquisa teórica em livros, supomos que exista a tendência, nas áreas de Ciências Sociais e Humanas, em se privilegiar a publicação de pesquisas teóricas em livros, em relação à publicação de pesquisas empíricas. Em geral, as discussões teóricas envolvem espaço e podem alcançar uma extensão considerável que vai além do que é geralmente permitido sob a forma de artigos nos periódicos – em torno de 20 páginas. Neste sentido, alongar-se sobre um assunto pode ser melhor contemplado pela amplitude permitida por meio da publicação em forma de livro. Além disso, a publicação em periódicos tem sido cada vez mais valorizada pelo sistema produtivista vigente, o que leva muitos autores e autoras a optar por escoar sua produção empírica, mesmo que parceladamente, sob a forma de artigos em periódicos, e não esperar a finalização de todo o processo empírico de uma investigação, que pode levar muito tempo, para ser, enfim, publicada sob a forma de livro. Neste sentido, as coletâneas, em que alguns capítulos podem incorporar também pesquisas empíricas, se apresentariam como mais interessantes segundo as demandas do atual sistema de avaliação de docentes do que a escrita de livros inteiros dedicados à discussão de uma determinada investigação empírica.

Na Figura 5, interessou-nos mapear a distribuição dos títulos publicados em relação aos campos infância, adolescência ou juventude, ou levando em consideração a junção destes campos a partir do conteúdo e título das próprias publicações. Nas publicações em que estes campos não foram explicitamente declarados no seu título ou resumo, classificou-se o campo da publicação como “Não Declarado”, embora a obra tenha sido considerada relevante para a infância e/ou juventude.

Figura 5: Distribuição percentual das publicações por campo - Infância, Juventude, Adolescência e combinações



A Figura 5 nos mostra o campo da infância como aquele que detém o maior percentual de títulos levantados nas seis edições do Periódico, levando-se em conta as publicações de todos os países, com 47 obras encontradas, representando 22,38% do total. Este dado assinala o destaque que as questões referentes à infância e às crianças têm ganhado nos últimos anos. Segundo Sirota (2006), o campo da infância está passando por uma redescoberta após, por muito tempo, manter-se às margens das ditas Ciências Sociais. Este “pequeno objeto”, como caracteriza a autora, encontra-se na encruzilhada de diversas disciplinas canônicas, situando-se como um campo em disputa nas diversas tradições disciplinares das Ciências Humanas e Sociais. Neste sentido, as crianças e suas infâncias parecem se inserir em um cenário de mudanças que está se reconfigurando como um campo de interesse específico de estudos científicos na contemporaneidade.

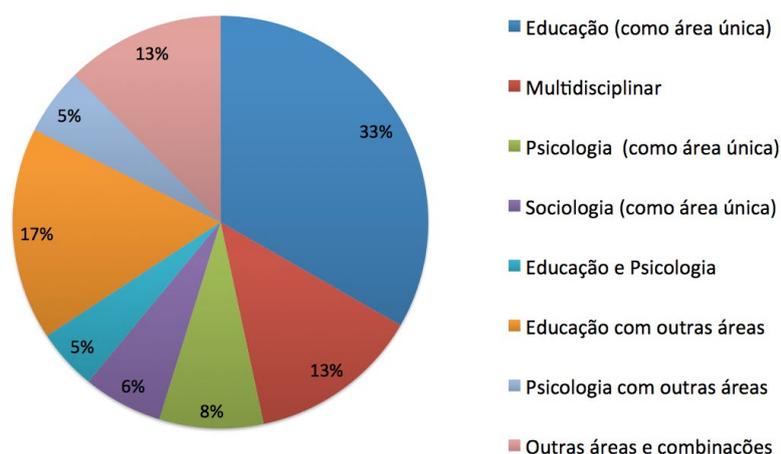
Destaca-se também nesta tabela o elevado número de obras categorizadas no campo “Não Declarado” (ND), com 49 obras identificadas, apresentando 23,33 % do total. Este dado aponta que tais obras não fazem referência a crianças, adolescentes e/ou jovens, ou infância, adolescência e/ou juventude, mesmo que abordem problemáticas e questões em que estes sujeitos estão subsumidos como objetos de investigação, ou que se destinem a eles. Esta situação pareceu-nos revelar a pouca importância dada aos sujeitos crianças e jovens, que se tornam “invisíveis” aos próprios olhos dos pesquisadores/as que os envolvem nas pesquisas realizadas, e lhe destinam seus resultados sem sequer reconhecer sua presença na produção destas investigações. Assim, como destinatários invisíveis de um

grande número de investigações, as crianças e os jovens são sequer mencionados como aqueles que delas participam ou vão sofrer o impacto de seus resultados. Interessou-nos saber quais eram estas obras que não mencionavam a infância e/ou a juventude, e/ou seus cognatos, mesmo que destinadas a elas. Uma análise específica destes títulos, que não tiveram o campo da infância e/ou juventude explicitamente declarado, revelou que 100% destas publicações correspondiam à área da Educação, ou à área da Educação em interface com outras áreas.

A nomeação conjunta dos campos da infância e juventude, com 19,52% das obras publicadas, também se destaca. Para alguns (Sposito e cols., 2009), este resultado pode refletir uma imprecisão quanto à delimitação de campos e problemáticas específicas. No entanto, por outro lado, a junção destes campos tem a ver com sua constituição histórica em algumas tradições disciplinares como, por exemplo, a Psicologia, em que infância e adolescência/juventude foram considerados na sua articulação e contiguidade sob um paradigma desenvolvimentista. Além disso, do ponto de vista da institucionalização destes campos, é bastante frequente sua conjunção no âmbito de Centros de Estudo³, publicações (como as citadas no início deste artigo) e Comitês de Pesquisa em associações científicas internacionais⁴. Portanto, consideramos que a junção destes campos ainda reflete o processo de consolidação de ambos que, por vezes, requer sua separação e, por outras, demanda sua junção. Todavia, as questões conceituais e teóricas que se colocam, seja ao juntá-los, seja ao separá-los, ainda requerem maior aprofundamento.

Na Figura 6 encontramos a distribuição das publicações divulgadas por área do conhecimento, seja na condição de área principal ou em combinação com outra. Publicações com mais de três áreas declaradas foram classificadas como multidisciplinares.

Figura 6: Distribuição percentual das publicações segundo a área do conhecimento: principais áreas e combinações



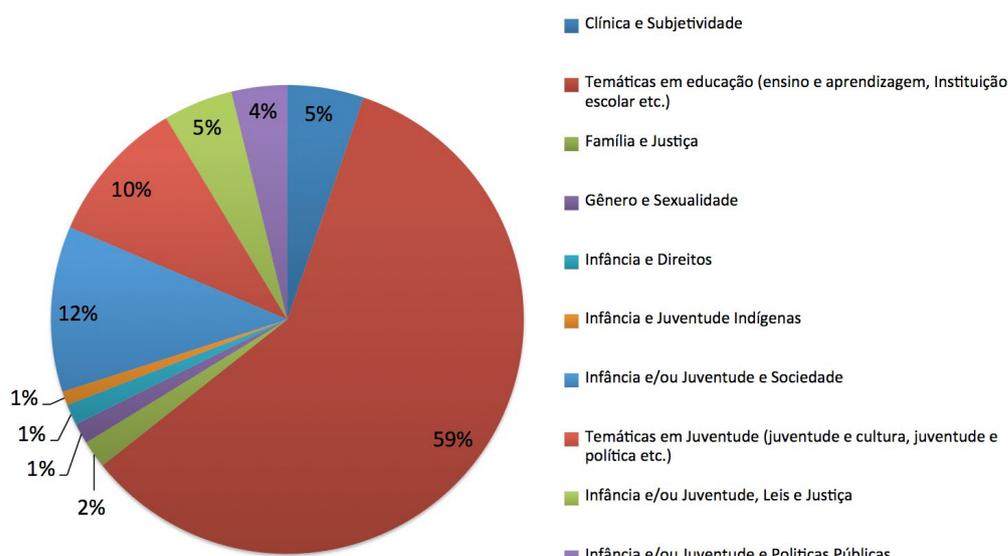
3 Por exemplo, Centre for the Study of Childhood and Youth, Universidade de Sheffield, Reino Unido; Centro de Niñez y Juventud, Universidade de Manizales, Colombia; Childhood & Youth Research Institute, Cyri, Universidade de Turku, Finlândia.

4 Por exemplo, o Committee of Childhood and Youth, da IUAES (International Union of Anthropological and Ethnological Sciences) e a International Childhood and Youth Research Network (ICYNNet).

A Educação aparece como a área que detém o maior percentual de títulos divulgados pelo Periódico no período, com 33,33%. É ela que também aparece em maior proporção em combinação com outras áreas, 21,43%. Seguem-se, como áreas únicas, a Psicologia, com 8,09%, e a Sociologia, com 6,19%. Dois outros aspectos relevantes emergem nestes resultados: primeiro, cerca de 52,85% dos títulos divulgados associam-se a duas ou mais áreas do conhecimento, o que expressa a significativa transdisciplinaridade dos campos de estudos da infância e da juventude. Em segundo lugar, e convergindo com este aspecto, destaca-se o elevado percentual de títulos considerados multidisciplinares, 13,33%, em comparação com áreas tradicionais de pesquisa sobre infância e juventude, como a Psicologia, cuja contribuição como área única é bem menor. Estes aspectos refletem a emergência de perspectivas cada vez mais sistêmicas, interdisciplinares, que reconhecem a natureza complexa das problemáticas relativas a esses campos insuficientemente compreendidas desde uma ótica disciplinar única.

A Figura 7 que segue abaixo aborda, de outra perspectiva, o que tem sido publicado nos títulos levantados. Nela aparece a classificação dos títulos divulgados segundo temáticas amplas, com o objetivo de destacá-las para além dos encaixes disciplinares. Essas temáticas foram geradas a partir de uma análise dos resumos das publicações e de seus sumários, quando estes se encontravam disponíveis.

Figura 7: Distribuição percentual das publicações segundo Temas



Destacam-se significativamente as publicações que versam sobre temáticas em educação, com 59,04% dos títulos levantados, cobrindo uma variedade de conteúdos: ensino e aprendizagem, a instituição escolar, educação e sociedade, educação infantil, ensino médio e superior, educação inclusiva, educação e tecnologia, dentre outros. Este resultado converge com os anteriormente analisados que mostravam o predomínio da área da Educação no tocante ao número de publicações sobre infância e juventude.

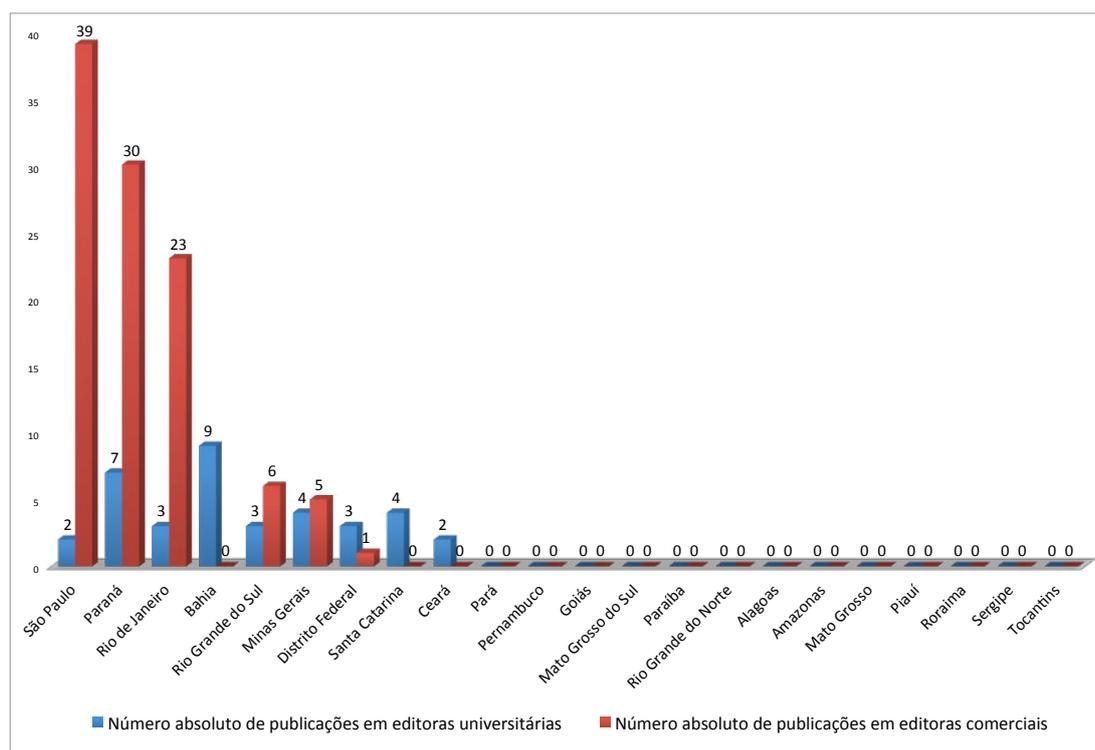
O predomínio de temáticas relacionadas à educação também pôde ser verificado ao se analisar as publicações da editora comercial brasileira CRV a qual, conforme já mencionado, foi a editora que mais se destacou pelo número de publicações em Infância e Juventude, com 28 títulos levantados no período. Destes, 23 (82,14%) tratam de temas relacionados à educação.

A temática que, em seguida, aglutinou o maior número de títulos abrange as obras sobre ‘Infância, Juventude e Sociedade’ que representam 11,43% do total. Em terceiro lugar, temáticas relacionadas exclusivamente à Juventude abarcaram 10% das publicações.

3.3 Análise da distribuição da produção brasileira em livros sobre infância e juventude

No caso do Brasil, foi possível qualificar os dados sobre as publicações segundo o tipo de editora, comercial ou universitária. Para os outros países da América Latina, esta informação coloca dificuldades adicionais para a equipe, no sentido de não se ter condições de verificar o estatuto das editoras universitárias e se este estatuto é comparável entre países latino-americanos. Portanto, nesse aspecto, nossa análise ficou restrita à situação brasileira.

Figura 8: Distribuição de frequências das publicações por estado do Brasil, segundo o tipo de editora (comercial ou universitária)



Na Figura 8 observa-se que São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro se destacaram nas publicações em editoras comerciais, representando, respectivamente, 37,50%, 28,85% e 22,12% dos títulos divulgados pelas editoras comerciais. O número de editoras comerciais inclu-

idas na lista de busca foi de 47 de São Paulo, 42 do Rio de Janeiro e 3 do Paraná. Destas, 14 editoras comerciais de São Paulo, 11 do Rio de Janeiro e 2 do Paraná tiveram obras incluídas no levantamento bibliográfico. Desse modo, pode-se observar uma concentração nas editoras comerciais na região Sudeste do país, que detêm o predomínio dos títulos divulgados neste eixo Sul-Sudeste do Brasil.

No entanto, se por um lado houve um número elevado de publicações por editoras comerciais em São Paulo e Rio de Janeiro, por outro, nestes estados o desempenho das editoras universitárias é bem menos expressivo: São Paulo com 5,41%, e Rio de Janeiro com 8,11%, do total de títulos divulgados pelo Periódico em infância e juventude para este tipo de editora. Vale salientar que esta contribuição pouco significativa não se deve ao número reduzido de editoras universitárias listadas nestes estados, uma vez que foram pesquisadas 18 editoras universitárias de São Paulo e oito do Rio de Janeiro. Neste sentido, ao considerarmos as publicações de São Paulo e Rio de Janeiro por editoras universitárias, talvez seja possível afirmar que as mesmas não estejam contemplando a demanda de publicação nos campos de infância e juventude com a mesma eficiência que as editoras comerciais. Digno de nota é o fato de que a editora universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, universidade que publica o Periódico, não teve sequer uma publicação no campo da infância e/ou juventude no período analisado.

Em relação ao número de livros em infância e juventude publicados por editoras universitárias, os estados que apresentaram maior número foram Bahia e Paraná. O Estado do Paraná pode ser considerado o que apresentou maior equilíbrio em relação ao número de publicações em editoras universitárias e comerciais, ocupando a segunda posição nas duas classificações, com 28,85% das produções de editoras comerciais e 18,92% das produções de editoras universitárias.

Nota-se que as publicações das editoras universitárias estão um pouco melhor distribuídas entre os estados brasileiros quando comparadas às das editoras comerciais, que tem uma maior concentração de publicações no Sudeste e no Sul do Brasil. Foram encontradas publicações em infância e juventude em editoras de universidades fora do eixo sul-sudeste, como na Bahia (24,32%), no Distrito Federal (8,11%) e no Ceará (5,41%).

Não foram encontradas publicações de livros sobre infância e juventude nas editoras universitárias consultadas dos seguintes estados brasileiros: Pernambuco, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Amazonas, Mato Grosso, Piauí, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Considerações finais

O balanço da produção bibliográfica em livros sobre infância e juventude nos países latino-americanos realizado neste estudo nos permitiu construir um olhar analítico e crítico sobre a caracterização e as tendências desta produção, que se mostra incipiente no contexto da América Latina. Temos em mente as limitações do estudo apresentado, já que o número de editoras de países latino-americanos de língua espanhola é relativa-

mente bem menor que o das editoras brasileiras incluídas. Contudo, a desatualização de muitos sites de editoras torna difícil, quase impossível, a busca de lançamentos de publicações e o acesso ao catálogo atualizado em alguns países da América Latina.

Os resultados indicam o que parece se configurar como uma falta de atratividade do mercado editorial para a publicação de obras científicas sobre a infância e/ou juventude, seja pelas editoras comerciais ou universitárias. Nos sites e nos e-mails trocados com editoras ficou nítida a prevalência do interesse pela área de literatura infanto-juvenil, cujas publicações aparecem em abundância, em contraponto às publicações científicas. Além disso, proliferam os manuais didáticos da área da Educação.

Em relação às publicações científicas, as editoras que publicaram algum título, publicaram, modalmente, uma única obra ao longo do período analisado, ou seja, um ano e meio. Brasil, Argentina, México e Chile foram os países que mais tiveram títulos divulgados pelo Periódico.

A infância e a juventude aparecem como campos eminentemente transdisciplinares, a se julgar pelas áreas a que podem ser atribuídas as publicações divulgadas, na sua maioria pertencentes a duas ou mais áreas das Ciências Humanas e Sociais. No entanto, ressalta-se a prevalência da área da Educação que, como área única, detém a maior produção de livros nesses campos.

Entretanto, são os títulos que não fazem menção à infância e à juventude nos seus resumos que pertencem integralmente à área da Educação. Essa se apresenta, tradicionalmente, como aquela que se ocupa de pesquisar os processos de transmissão intergeracional, formais e não formais, aos quais está submetida a maioria das crianças e jovens. Ainda que as publicações sobre a temática da transmissão educacional se refiram diretamente a esses sujeitos ao abordar, por exemplo, o ensino, a aprendizagem, as estratégias metodológicas didáticas, a instituição escolar, elas não apresentam os sujeitos-fins de suas atividades investigativas como foco e sub-temática importante das investigações. Constata-se, portanto, a invisibilização que esta área faz da infância e da juventude, que muitas vezes são sequer mencionadas como aspectos que definem a produção bibliográfica na área da Educação. A nosso ver, este fato parece aludir à fantasia adultocêntrica de que a pesquisa em educação pode acontecer, para além do educando.

Vimos também que os campos de estudo infância, adolescência e juventude estão estreitamente relacionados, não existindo limites que os separem com precisão. São campos que aparecem frequentemente juntos nas investigações. A conjunção, ou a separação, destes campos coloca desafios conceituais que ainda necessitam ser aprofundados.

Por fim, as dificuldades encontradas no trabalho de mapeamento das publicações sobre infância e juventude na região também apontam para a carência de canais efetivos de comunicação entre os países latino-americanos, apesar de sua proximidade geográfica. Essa constatação limita notoriamente o fluxo de informações sobre as pesquisas entre os países latino-americanos, assim como as possibilidades de criar redes de tra-

balho que permitam pensar em conjunto e coletivamente as problemáticas que afetam a crianças e jovens destes países. Portanto, a contribuição para a estruturação e consolidação dos campos da infância e da juventude depende de esforços menos comedidos no que tange à produção, manutenção e divulgação da bibliografia em livros sobre crianças e jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDERSON, P. **Childhoods real and imagined: an introduction to critical realism and childhood studies**. Londres e New York: Routledge, 2013.

CASTRO, L. R.; KOMINSKY, E. Childhood and its regimes of visibility in Brazil: an analysis of contribution of the Social Sciences. **Current Sociology**, v. 58, n. 2, p. 206-231, mar. 2010.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Relatório Avaliação 2010-2012 Trienal 2013: Área Psicologia. Brasília, 2013a.

MUELLER, S. P. M. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. DataGramZero: **Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, fev. 2005.

SIROTA, R. L'enfance au regard des Sciences sociales. **AnthropoChildren**, n. 1, jan. 2012.

SPOSITO, M. P. (Org.) **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social 1999 - 2006**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

WYN, J.; CAHILL, H. (Org.). **Handbook of Children and Youth Studies**. Springer-Verlag Singapur, 2015.

RESUMO

Este artigo, empreendido por integrantes da equipe do periódico DESidades, examina e discute criticamente algumas tendências a partir de um trabalho minucioso de buscas de obras científicas publicadas sob a forma de livro, nas áreas de Ciências Sociais e Humanas, no âmbito dos países latino-americanos, que se desenvolve desde o lançamento desse periódico. A análise dos levantamentos bibliográficos evidenciou que, ao longo do período de janeiro de 2014 a junho de 2015, essa produção se apresenta incipiente e pouco acessível, revelando que o mercado editorial na América Latina para a publicação e divulgação de obras científicas sobre esses campos se mostra problemático. As publicações encontradas apontam para a prevalência da área da Educação como aquela que detém a maior produção de livros, sendo esta mesma área aquela que não faz menção às crianças e aos jovens nos resumos de suas obras, atestando uma invisibilização desses sujeitos nos processos educacionais em que estão inseridos, mostrando-se controversa. Muitos desafios são apontados por esse mapeamento, o que nos faz refletir sobre os esforços menos comedidos que devemos coletivamente assumir para que os campos da infância e juventude se estruturam e se consolidem na América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: produção bibliográfica, infância, juventude, América Latina.

DATA DE RECEBIMENTO: 31/09/2015

DATA DE APROVAÇÃO: 04/11/2015



Lucia Rabello de Castro

Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Pesquisadora Senior do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Brasil. Editora Chefe da revista DESidades.

E-mail: lrcaastro@infolink.com.br



Isa Kaplan Vieira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação em Psicologia pela mesma Instituição. Integra o Núcleo de Pesquisa para Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC/UFRJ). Atua como Editora Assistente no periódico DESidades - Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude.

E-mail: i.kaplanvieira@gmail.com



Juliana Siqueira de Lara

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação em Psicologia pela mesma Instituição. Integra o Núcleo de Pesquisa para Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC/UFRJ). Atua como Editora Assistente no periódico DESidades - Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude.

E-mail: j.siq.lara@gmail.com



Karima Oliva Bello

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Psicologia pela Universidad de la Habana, Cuba (UH) e graduada em Psicologia pela mesma instituição. Professora Assistente da Universidad de la Habana. Integra o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC/UFRJ). Editora Assistente da revista DESidades.

E-mail: koliva2009@gmail.com



Sabrina Dal Ongaro Savegnago

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e graduada em Psicologia pela mesma instituição. Integra o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC/UFRJ). Atua como Editora Assistente da revista DESidades.

E-mail: sabrinadsavegnago@gmail.com



IMAGEM: Sophie Shapiro

A escuta de crianças no sistema de Justiça no Brasil:

Ações e Indagações

ENTREVISTA de Tatiana Fernandes com Leila Maria Torraca de Brito

Tatiana Fernandes – Gostaríamos de saber um pouco sobre a sua trajetória na universidade.

Leila Torraca – Tenho trabalhado com disciplinas relacionadas à Psicologia Jurídica desde 1986, quando comecei a lecionar no curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no curso de especialização em Psicologia Jurídica e, posteriormente, na pós-graduação em Psicologia Social.

Sobre o tema específico da escuta da criança no sistema de Justiça, logo que surgiu a demanda para atuação de psicólogos no chamado “depoimento sem dano”, iniciei, junto com alunos, uma série de pesquisas e discussões. A investigação começou com um projeto em que se buscava entender como era feito esse depoimento das crianças que supostamente sofreram abusos sexuais. Posteriormente, em outra pesquisa na qual contamos com o apoio da Faperj, iniciamos uma série de entrevistas com psicólogos em diversos estados de todas as regiões do país. Com esse estudo, começamos a ana-

lisar como era feita essa “escuta da criança”, não só nos tribunais, mas também nas delegacias e no Ministério Público.

Tatiana Fernandes – Como se dá, no sistema de Justiça, a escuta da criança que supostamente foi vítima de abusos sexuais?

Leila Torraca – Quando se começa a falar mais sobre violências e abusos contra crianças, surgem também serviços especializados para lidar com esses casos. E aparecem com o objetivo de colaborar e realizar parcerias com o Judiciário, visando uma avaliação mais ampla da situação apresentada. Em 2003, porém, surgiu no Rio Grande do Sul a proposta de aplicação da técnica denominada de “depoimento sem dano”, um projeto do Dr. José Antonio Daltoé César. A partir de então, muitos serviços são instalados com base nesta proposta.

Tatiana Fernandes – O que seria o “depoimento sem dano”?

Leila Torraca – Hoje, após várias discussões sobre qual seria a denominação mais apropriada – depoimento sem dano, depoimento especial, depoimento com redução de danos –, utiliza-se a nomenclatura “depoimento especial”. Este surgiu com o propósito de uma escuta diferenciada da criança. Ao invés de falar diretamente ao juiz, ela fica em uma sala separada, na companhia de um psicólogo, que permanece com um fone de ouvido, enquanto o juiz, os advogados e os demais interessados estão na sala de audiências. Alega-se que, nesses casos, o psicólogo serviria de mediador, intérprete, recebendo as perguntas do juiz e transmitindo-as às crianças, com o intuito de adequar para elas as informações. O depoimento é gravado e transmitido em tempo real para a sala de audiências. O projeto inicial, lançado pelo Dr. Daltoé, previa uma sala especializada, adequada para a criança se sentir bem, com mesinhas e cadeirinhas, material lúdico, brinquedos. A fase inicial consistiria em um ‘rapport’, um acolhimento da criança. Esta fase não é filmada e dura cerca de 20 minutos. Depois, ocorre a fase das perguntas e no final pode ser feito o encaminhamento. Esta última fase também não é filmada.

Nas pesquisas que realizamos, percebemos diferenças na maneira de executar este depoimento especial, portanto não poderíamos dizer que seria o mesmo procedimento, tampouco que traria os mesmos resultados e desdobramentos. Em alguns serviços, por exemplo, era a criança que ficava com o fone de ouvido, escutando as transmissões diretamente do juiz, e o psicólogo, ao lado, auxiliando caso existisse alguma dúvida. Mas a transmissão era feita diretamente para a criança. Em alguns lugares, não havia a presença de brinquedo ou materiais lúdicos na sala porque se julgava que poderiam distrair a criança. Em outros serviços, inicialmente havia brinquedos, mas esses foram retirados da sala porque distraíam as crianças ou atrapalhavam as filmagens, então os brinquedos ficavam escondidos atrás de uma cortina. Quando a criança não queria falar, os brinquedos apareciam.

1 Vide Projeto de Lei N° 35/2007. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=39687&tp=1>

Existem ainda os casos em que as crianças passavam primeiro pela avaliação psicológica para depois participar do depoimento especial. Percebemos, portanto, práticas de escuta realizadas de maneiras bem diferentes, podendo acarretar resultados também diferentes. Assim, não podemos achar que, por serem todas denominadas de escuta especial, são feitas da mesma forma. Em alguns lugares, foram mudando esta prática. É isso que precisa ser pensado sobre a variedade de procedimentos com a mesma designação.

A implicação do psicólogo com a ética nestes procedimentos é muito importante. Na época da pesquisa, encontramos situações em que as entrevistas psicológicas realizadas antes do depoimento também eram filmadas e gravadas. Em vista disso, perguntávamos: onde está a ética e o sigilo se esse material está sendo filmado? Esta atitude fere o nosso código de ética em nome do direito da criança. Muitos profissionais nos diziam, como justificativa, que o depoimento especial estaria contribuindo para um maior número de condenações. Não sei se isto é bom, se estamos condenando mais inocentes ou não, pois o fato de haver mais condenações não quer dizer muita coisa. Como ficará a criança quando descobrir a condenação? Atualmente se sabe de condenações de pessoas aparentemente inocentes. Então, quais as consequências destas condenações para a criança?

Tatiana Fernandes – Quais seriam os motivos para o surgimento e tamanha adesão do Judiciário quanto à necessidade de escutar essas crianças?

Leila Torraca – Tempos atrás, junto com uma aluna, fiz um levantamento bibliográfico para entender, especificamente, quais os motivos para o surgimento desta demanda. Observamos que a justificativa dessa escuta vem no sentido de se estabelecer a melhor prova, porque muitas vezes não há outra, sendo difícil concluir sobre uma “verdade jurídica”. Outra justificativa, para alguns que defendem o depoimento sem dano, é sobre o fato de se proteger a criança da revitimização. Acreditam que, se não fosse por meio desse procedimento, a criança teria que relatar o caso muitas vezes, para diversos serviços, para distintos profissionais, e por meio da escuta nos moldes do depoimento sem dano a criança seria ouvida apenas uma vez e não seria revitimizada.

Um argumento importante, nesta perspectiva, é o fato de que, ao contrário dos operadores do Direito, os profissionais da Psicologia e do Serviço Social teriam conhecimentos específicos para ouvir a criança. Outros alegam, ainda, que seria um procedimento rápido, pois se chegaria logo a alguma conclusão sobre a ocorrência ou não do fato. Seria então um procedimento novo, rápido, simples e de baixo custo. Alguns também dizem que desta forma se estaria valorizando a palavra da criança. Lógico que diante de todas essas argumentações existem também contra-argumentações.

Tatiana Fernandes – Com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, tem origem o reconhecimento da criança como um sujeito de direitos e, a partir disso, desenhasse uma nova configuração social diante da violência contra a criança. Qual a influência do ECA nesta escuta de crianças?

Leila Torraca

– É importante lembrar que atualmente vários autores vêm questionando a utilização dos termos “sujeito de direitos”, tanto para o adulto quanto para a criança. Essas indagações surgem no sentido de se pensar o que se tem feito destas expressões e denominações. O surgimento do ECA foi a concretização de toda uma luta para se considerar as crianças, suas prioridades e direitos. Mas percebe-se que o rumo dos acontecimentos não foi exatamente esse. Existe uma série de justificativas para ações e imposições sobre o que as crianças deveriam fazer em nome dos seus direitos. A partir disso, é importante pensar e discutir: o que seriam os direitos da criança? O que eles se tornaram? Notamos uma grande judicialização da sociedade atual, que pode ter relação com o aumento do número de crianças ouvidas no sistema de Justiça.

Um dos argumentos frequentes no início desses trabalhos do depoimento sem dano é que as salas para tomada de depoimento das crianças seriam especiais e que antes o Judiciário não estava preparado para receber essas crianças. Acredito que não havia um lugar especial para as crianças nos tribunais porque não se pensava que estas fossem frequentar tanto esse sistema. Podemos, então, perguntar: seria este um lugar para crianças? Como pensá-las enquanto sujeito de direitos sem que haja uma imposição para seus depoimentos? Então, cabe atualmente uma grande discussão sobre o uso que se tem feito dessa expressão “sujeito de direitos”.

Tatiana Fernandes – As crianças também eram chamadas para serem ouvidas na época do Código de Menores (1979), antes do ECA?

Leila Torraca

– As crianças eram ouvidas sim, mas em outra perspectiva e contexto. Na época do Código, o trabalho das equipes de Psicologia e Serviço Social ocorria mais com jovens acusados de cometerem atos infracionais. Podemos perceber, entretanto, que o ECA se insere dentro de uma conjuntura global que, com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, passa a privilegiar a doutrina da proteção integral. Com certeza, após o ECA, foi possível um novo posicionamento diante das violências sofridas pelas crianças. Não havia, antes do ECA, essa escuta nos moldes do depoimento sem dano em relação aos casos de violência sexual contra crianças.

Tatiana Fernandes – Quais as concepções de criança que habitam a escuta do Sistema Judiciário? Como um “sujeito de direitos”, um “sujeito em desenvolvimento”, conforme preconiza o ECA?

Leila Torraca

– Vou falar a partir de pesquisas que realizamos sobre a escuta de crianças, pois fizemos entrevistas com psicólogos e assistentes sociais e analisamos a jurisprudência proferida por desembargadores a respeito dessa “escuta” para saber qual a argumentação deles a esse respeito. Se eram favoráveis, desfavoráveis, o que era considerado. Percebemos que, ao mesmo tempo em que existe preocupação de se entender a criança como sujeito de direitos, também existe uma tentativa de adequação dessa criança para a obtenção de provas.

A utilização de crianças muito novas nestes processos, submetidas ao depoimento com idades de três anos, cinco anos, acaba produzindo algumas dúvidas quanto aos resultados obtidos e esperados. Então, o que se pretende com esses depoimentos, o que se espera dessas crianças? Encontramos situações e interpretações interessantes, desde

aquela que sugere que a fala das crianças é “robusta, consistente, não deixando margens a dúvidas”, até afirmações de que a criança não teria motivos para mentir em seus depoimentos. Como se pudéssemos reduzir toda a complexidade das situações numa diferença entre mentira e verdade.

A ausência de respostas e até mesmo as dúvidas das crianças com relação aos acontecimentos não são bem vistas e aceitas pelo Judiciário. Como se a criança não pudesse ter momentos de dúvida, já que eles não produzem provas. Muitas vezes, a criança é levada a dar uma resposta. Outro ponto importante a considerar é que a criança, em certa idade, não gosta de dizer que não sabe algo diante da figura de um adulto. O fato de dar voz para as crianças nestes depoimentos não significa, necessariamente, a valorização da criança, mesmo que a intenção seja a de sua defesa. Existe a necessidade de se investigar quais as repercussões do depoimento na situação de cada criança e se é dada a possibilidade de ela não depor.

Na maioria das vezes, a criança é obrigada a participar do processo e, se não quer falar, é questionada: “por que não fala?”. É dito que o depoimento “será importante para ela”, que “se sentirá melhor”. Estes são acontecimentos e posicionamentos que precisam ser investigados, porque são garantias que não podemos dar. Não sabemos se será melhor. São muitas variáveis que precisam ser analisadas nestes depoimentos. Tenho sérias dúvidas se estamos protegendo ou expondo a criança.

Tatiana Fernandes – Atualmente, por meio do disque-denúncia (disque 100), qualquer pessoa pode ligar e denunciar uma violência contra a criança, violências domésticas. Muitas vezes, essas denúncias se desdobram em vários serviços de atendimento na rede de proteção à infância, para além do Sistema Judiciário. Como estas denúncias são tratadas no Sistema Judiciário?

Leila Torraca – Levando em consideração o que você disse no “para além do Judiciário”, o que podemos observar é que, no momento em que a criança chega ao Judiciário, muitas vezes ela já passou por diversas instituições. Quando chega para fazer o depoimento especial, por vezes já foi submetida a outros depoimentos, nas delegacias, com filmagens, e não foi ouvida uma única vez, como se pretendia. Quando surge uma denúncia, é praticamente impossível que a criança seja ouvida uma única vez. Até porque as pessoas próximas conversarão com ela sobre o assunto. Então, quando essa criança chega para o depoimento especial, ou atendimento do caso, a sua fala já foi ressignificada por muitas pessoas. Isso nos mostra a importância de ser analisado todo o caso e não somente a criança.

Recentemente, estive em um evento da área da Psicologia, e uma psicóloga questionou a importância de o acusado também ser ouvido. Ela fez essa pergunta porque sabia de casos em que eram ouvidos a criança e o autor da denúncia, mas o acusado não. Enquanto psicóloga, acredito que devemos dar atenção ao caso como um todo. Ainda mais em um contexto de Justiça com alguém acusado. Como vou fazer um trabalho sem ouvir aquele que foi denunciado? A alegação dos profissionais, nestes casos, é de que o acusado mentiria. Há casos muito complexos, daí a importância de se ouvir todas as partes, ficando muito incompleto o atendimento ou a escuta só da criança. Isso porque, em muitas situações de depoimento especial, a criança é chamada para esclarecer

todos os fatos. Esclarecer como? Muitas vezes, ela não percebe que houve o abuso. Porque o abuso não quer dizer que ela sentiu o ato como uma violência. O abuso pode se dar por meio de carícias e carinho, e a criança não estar significando isto como abuso. Os outros é que vão nomear o ato, para ela, como um abuso.

Um exemplo de interpretação equivocada ocorreu em uma casa em que uma criança gritava todos os dias, em um mesmo horário. Vizinhos denunciaram aquela família por cometer violência. No final foi constatado que a gritaria, sempre no mesmo horário, se devia ao fato de a criança reclamar de ter que tomar determinado remédio, sendo que o motivo dos gritos foi interpretado pelos vizinhos como violência. Não estou dizendo que todos os casos sejam assim, mas deve-se ficar atento. Muitas vezes o denunciado acaba tornando-se rapidamente um abusador e condenado. Mesmo antes de qualquer processo, já é considerado abusador. Alguns profissionais justificam não ouvir o acusado por se tratar de um abusador. Mas temos que entender todo o caso.

Há situações em que a contextualização no surgimento da denúncia é importante porque esta é feita no meio de um processo de separação conjugal, por exemplo. O que acabamos percebendo hoje é uma banalização deste ato da denúncia. Todas as denúncias são conduzidas como um caso de violência em que a criança é posta como vítima e o acusado já é tratado como agressor e tudo fica dividido: serviço de atendimento às vítimas e serviços para agressores. Assim percebemos a importância de uma escuta apurada, principalmente pelo psicólogo, e não somente no caso do depoimento especial, mas no atendimento do caso como um todo.

Tatiana Fernandes – Estes casos dizem da importância de se pensar os desdobramentos das denúncias e processos jurídicos na vida familiar. Porque o denunciado pode, muitas vezes, pertencer à família da criança.

Leila Torraca – Muitas vezes, o que se observa nestes casos é que a criança ama e odeia o acusado. Ama e odeia ao mesmo tempo, justamente porque é alguém da família. Ela quer que o abuso cesse, mas não quer que a pessoa seja presa nem todos os desdobramentos que o caso trará. Quando a criança fica sabendo das consequências de seu depoimento, que ela foi responsável pela prisão – porque a família mostra isso – ela pode ficar mal. Então, por que essa promessa para a criança, argumentando que nada irá acontecer e que se sentirá melhor após o depoimento se no fim pode não ser assim? É claro que não estamos defendendo ninguém, muito menos negando os abusos. Apenas precisamos tomar cuidado e pensar na banalização das denúncias de abusos em que rapidamente a criança é vista como vítima, e tudo fica dividido entre acusadores e acusado.

Tatiana Fernandes – E como fica o trabalho da equipe interdisciplinar nesses casos da escuta da criança que supostamente sofreu abuso sexual?

Leila Torraca – Existem equipes que fazem o atendimento visando uma avaliação psicológica, enquanto outras optam pelo depoimento especial. São práticas distintas. Mas há casos, em alguns tribunais, no mesmo estado, em que as duas formas são feitas no mesmo processo. Temos que tomar cuidado, porque o termo “avaliação psicológica” é um termo que não pode ser desmembrado. Digo isso porque encontro profissionais que di-

zem entender a avaliação como uma inquirição. Então fazem algo como uma inquirição no depoimento especial, mas a avaliação psicológica é um instrumento específico que está a serviço do psicólogo, que é um profissional portador de certos conhecimentos e uma determinada ética. Não é uma avaliação simples, é uma avaliação psicológica que muitas vezes se dá no contexto de Justiça, ou que é encaminhada para a Justiça, e que deve seguir os princípios determinados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), como a resolução que institui o manual de documentos escritos (007/2003) e, certamente, o Código de Ética profissional.

O depoimento especial é um momento na audiência em que o psicólogo se coloca como um intérprete para o juiz. Esse é um momento alheio aos da prática da Psicologia, em condições também alheias. Quando entrevistei psicólogos que trabalhavam com depoimentos especiais, perguntei sobre o referencial teórico utilizado. Muitos diziam que era a psicanálise. Isto me surpreendeu, pois no depoimento especial o que se busca é o conhecimento sobre o acontecido, uma verdade jurídica, enquanto na psicanálise se pensa na verdade do sujeito.

Podemos lembrar, por exemplo, que Freud, em 1906, publicou texto intitulado “A psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos”, no qual abordou o cuidado e o perigo do emprego de técnicas da psicanálise no contexto da Justiça. Ele diz que o cliente no consultório, com seu analista, está ali porque quer descobrir algo que lhe está incomodando, é um sujeito que junto com o seu terapeuta faz um trabalho no sentido da descoberta desse incômodo. Já o sujeito que está depondo no Judiciário tem algo oculto, mas oculto apenas dos outros, dos operadores do Direito. O sujeito que está sendo ouvido no Judiciário, muitas vezes, tem consciência de por que está ali, não é algo que esteja no inconsciente, mas pode ser algo que ele esconda do outro. Então, Freud alerta sobre a diferença de utilização de um mesmo referencial teórico para o campo clínico, com determinado enquadre, e para o contexto da Justiça. Porque já nessa época, em 1906, se buscava fazer essa transposição de uma técnica da psicanálise para o âmbito jurídico, tentando obter o testemunho das pessoas. Algo muito similar à tentativa feita nos dias de hoje com o depoimento especial. Chama a atenção o fato de muitos psicólogos dizerem que utilizam a psicanálise nestes trabalhos.

Tatiana Fernandes – Na sua pesquisa, você ouviu outros profissionais envolvidos na equipe interdisciplinar, como assistentes sociais?

Leila Torraca – Sim, ouvimos assistentes sociais, mas a prioridade eram os psicólogos, pois queríamos pensar a partir de nossos referenciais teóricos, éticos, de nossas resoluções. O que nós, na Psicologia, temos como norte para orientar esses trabalhos de avaliação psicológica? Queríamos entender quais ferramentas eram utilizadas e como eram usadas. Alguns profissionais dizem que aquele que avalia não atende, ou que não pode fazer entrevista de devolução por ser uma intervenção. O nosso código de ética dispõe sobre a necessidade de devolução, temos que pensar que esta já é uma intervenção.

Tatiana Fernandes – Muitas vezes percebe-se uma importância maior para o contexto jurídico e menor para quem é atendido.

Leila Torraca Tempos atrás, diante da discussão após um concurso público na área da Psicologia Jurídica, ficou claro que o cliente de todos que estão trabalhando na Justiça é o jurisdicionado. O cliente do juiz e do psicólogo é o jurisdicionado. O nosso código de ética nos diz que a entrevista de devolução precisa ser feita com nosso cliente, foi dele que extraímos todos os dados. Tudo isso tem que ficar claro para o profissional de Psicologia. Qual o objetivo do trabalho? Para quem vou encaminhar o material resultante da avaliação? O que devo esclarecer?

Tatiana Fernandes – A criança é informada das consequências de seu depoimento? Do porquê de estar ali? Que o depoimento será filmado?

Leila Torraca – Eu tive contato com casos de depoimentos de crianças de três anos, será que elas eram informadas? O que sei é que o procedimento diz que sim, que elas devem ser informadas. Devem saber que a câmera está ali, que serão filmadas. Mas também encontrei profissionais que diziam que muitos detalhes não precisavam ser esclarecidos para a criança. Mas será que as crianças têm ideia da dimensão do que está acontecendo com as filmagens? É uma pergunta difícil porque as filmagens estão banalizadas em nossa sociedade, em todo lugar encontramos placas “sorria, você está sendo filmado”!

Já observei casos de crianças com nove anos que apresentaram resistência ao fato de serem filmadas, e não queriam prestar depoimento. Então, os profissionais insistiam, dizendo que seria melhor o depoimento, que muita coisa no processo dependia disso. Existe uma relação desigual entre as crianças e os profissionais, adultos. A criança se sente pressionada com o argumento de que muitas pessoas estão na sala com o juiz por causa dela, esperando o depoimento. Então, existe uma certa pressão, porque ela sabe das filmagens e que existe uma transmissão, mas não sabe quem são as pessoas que estão lá. Quais são as fantasias que envolvem essa pressão?

Tatiana Fernandes – Qual é o argumento das pessoas que buscam manter essas práticas do depoimento especial?

Leila Torraca – É a proteção da criança. Não é que as pessoas e os profissionais sejam mal-intencionados, de forma alguma. Precisamos refletir sobre o fato de que essas práticas têm como justificativa a defesa dos direitos da criança, mas o que seria essa defesa? A justificativa é de que os depoimentos estão aumentando o número de condenações e que são mais práticos, mais rápidos e eficientes, ou mesmo o fato de que isto também é feito em outros países. Temos que pensar quais são as técnicas utilizadas, quem são os profissionais que realizam estas práticas em outros países. Pois sabemos de países em que o depoimento é feito por policiais preparados para realizar a tomada do depoimento. Então, se é uma inquirição, ela deve ser feita por um outro profissional que não o psicólogo! Temos que analisar isso: quem são os profissionais envolvidos? Quais são os procedimentos?

Sabemos de países em que o depoimento requer uma espera, como ocorre também em alguns estados aqui no Brasil. Enquanto isso, a criança continua residindo na mesma casa que o acusado. Então perguntamos: se é uma política de proteção à criança, como isso acontece? Casos em que há demora de quatro a sete anos para uma conclusão do processo. Há ainda trabalhos publicados que mostram que, em certos países, a criança não pode ser atendida por psicólogos se ainda não prestou o depoimento especial. Isso

porque se pensa que um atendimento anterior ao depoimento prejudicaria o trabalho. Pergunta-se, então, qual é a prioridade? A criança?

Tatiana Fernandes – E quais seriam os argumentos dos que contestam os depoimentos especiais?

Leila Torraca – Existe toda uma contra-argumentação deste trabalho, questionando, principalmente, se é atribuição do psicólogo realizar este depoimento e se isto implicaria realmente em proteção da criança. No primeiro item, busca-se verificar o que fugiria da ética profissional, dos instrumentos da Psicologia. Isso porque o manual de elaboração de documentos vai dizer que os instrumentos precisam ser próprios da Psicologia, o que não acontece nesses depoimentos. Essa contra-argumentação vai no sentido de questionar se essa seria uma das atribuições do psicólogo e se seria uma prática de proteção à criança. O que seria esta proteção? Não estaríamos atribuindo uma maioria jurídica à criança, no sentido de que a palavra dela, prioritariamente, será a prova definitiva dos processos? Qual seria o lugar em que estamos colocando a criança no contexto Judiciário? O de alguém que vai trazer a principal prova que será levada em consideração?

Em nosso levantamento, observamos casos na jurisprudência em que a criança passava por exame médico-legal, havia a prova médica, mas essas provas eram as últimas levadas em consideração, pois mais importante era a palavra da criança. Percebemos então uma certa inversão, pois entendemos que a prova que vinha do Instituto Médico Legal (IML) deveria ser considerada nos termos do processo. Muitas vezes, a prova do IML era a última a ser mencionada.

Essas contra-argumentações caminham nesse sentido. O que seria isso para a criança: seria colocá-la em proteção? Seria considerá-la como sujeito de direitos? Estaríamos, na verdade, valorizando a fala da criança, ou obrigando-a a verbalizar algo? Pois uma coisa é a criança querer falar sobre o assunto, ser ouvida; outra é ela ser pressionada a se pronunciar diante de determinadas expectativas. Além do que, ser ouvida, em termos psicológicos, é totalmente diferente de ela ter que verbalizar sobre situações específicas. Porque quando se escuta em termos psicológicos sua escuta é ampliada, se escuta o silêncio, os gestos, o que não é dito. Não são perguntas diretas e objetivas sobre a verdade do fato, é bem distinto.

Tatiana Fernandes – Qual a sua opinião sobre o depoimento especial?

Leila Torraca – O trabalho nos depoimentos especiais não é uma atribuição dos psicólogos e dos assistentes sociais. Os Conselhos Federais de Psicologia e Serviço Social emitiram resoluções, normatizando, mas foram suspensas pela Justiça. Os órgãos de representação de classe das duas profissões reconheceram que não eram atribuições desses profissionais. Na sociedade judicializada em que vivemos, somos convocados o tempo todo a fazer denúncias. Nós saímos à rua e ouvimos: denuncie isto, denuncie aquilo; podemos perceber que o Estado penal é crescente.

Também temos, atualmente, a denominada escuta móvel. Trata-se de um ônibus que vai até os municípios e a criança faz o depoimento especial neste veículo. Temos que pensar esse movimento itinerante de um ônibus, dentro das discussões atuais sobre

as sociedades pós-modernas, do efêmero, de uma sociedade que, como diz Bauman, está sempre em mutação. Como fica a criança neste movimento de ouvi-la e depois ir embora? Um ônibus que é chamativo, porque parece um ônibus de pessoas famosas, de uma banda em turnê, convocando as crianças a prestar depoimentos. Fazendo isso em cidades que, muitas vezes, não têm atrativo algum, esse ônibus torna-se uma sedução, uma atração para ir, falar no microfone, ser filmado.

Isso nos faz pensar também na importância dos brinquedos nos depoimentos. Qual é o sentido do brinquedo para cada criança? Talvez a criança que possua muitos brinquedos não ligue para aquele brinquedo que está ali, na sala do depoimento especial. Agora, uma criança que não teve oportunidade de ter brinquedos, vai responder de uma forma completamente diferente àquele estímulo. Qual o sentido desta experiência para cada criança? Esse brinquedo pode nem ser percebido, ou atuar como uma sedução. Qual o sentido dos brinquedos? Qual o sentido deste ônibus itinerante, colhendo os depoimentos das crianças?

Tatiana Fernandes – Fala-se muito do objetivo de não revitimizar a criança. O que você acha desse intuito?

Leila Torraca – Chama-se de revitimização o fato de a criança falar diversas vezes sobre o ocorrido. Talvez a revitimização possa ser pensada como decorrente da formulação de perguntas inadequadas e do fato de se colocar a criança como produtora de provas. Nós temos que lutar é para que a criança não seja vitimizada! Temos que tomar cuidado para não vincularmos o fato de ela falar do acontecido como uma produção da revitimização. Porque, muitas vezes, ela quer falar sobre o ocorrido. E sabemos muito bem que quando a criança fala, ela também está elaborando os acontecimentos. Dificilmente a criança será ouvida uma única vez. Então, como quantificar quantas vezes a repetição geraria uma revitimização? Isso não é possível, é muito singular, de cada criança, de cada caso. Acredito também que perguntas inadequadas podem revitimizar.

Tatiana Fernandes – E como fica a criança diante da exigência da verdade?

Leila Torraca – Se para o adulto a verdade já é a verdade de cada um, imagina para a criança. Muitos dizem: as crianças não mentem. Não é que ela esteja necessariamente mentindo, mas ela pode estar interpretando daquela maneira. Para ela, pode não ser mentira, pode estar criando aquela história. Por exemplo, uma criança na praia que vê o pai de sunga e diz que ele está pelado. Ela está mentindo? Não. O uso que ela faz da palavra pelado quando vê o pai sem camisa é que seria equivocado. Então, vem um adulto, a ajuda a ressignificar essa palavra e diz a ela: “o papai não está pelado, ele está de sunga e sem camisa”.

Hoje, há vários filmes que mostram como a criança pode interpretar de forma diferente um acontecimento, então temos que tomar muito cuidado com essas situações. Não se pode interpretar qualquer sinal como significado de um abuso.

Tatiana Fernandes – Existem cartilhas que ensinam como reparar nos sinais em uma criança que pode ter sofrido abuso?

Leila Torraca – Existem documentos que visam enumerar comportamentos apresentados por crianças que sofreram abuso. Acredito não ser possível chegar a uma conclusão imediata: se a

criança apresentou tal comportamento, foi abusada. Temos que tomar cuidado com essas cartilhas, estamos quase chegando ao ponto em que buscamos cartilhas para aprender quais seriam esses sinais e chegar a uma conclusão. Mesmo as escolas, por vezes, produzem ou divulgam esse material e pedem para que a família fique atenta. Quando a criança apresenta alguns sinais mencionados na cartilha, seja pelo fato de estar quieta em sala, não conversar com os coleguinhas ou qualquer outro comportamento, já passa a ser vista como suposta vítima, antes mesmo de qualquer trabalho de avaliação.

Tatiana Fernandes – Muitas vezes, as crianças são entendidas como vítimas e depois se verifica que não houve nada, e se esquece o que a criança passou. Como ficam essas crianças?

Leila Torraca – Não só a criança, mas toda a família envolvida. Muitas vezes, o suposto abusador é detido e depois se chega à conclusão de que não houve abuso. Temos que pensar o que isso significa na vida de uma pessoa. Nos casos das falsas denúncias, acontecem por vários motivos, até mesmo uma falsa compreensão da mãe. Se a mídia passa a cobrir determinado acontecimento, aumentando a preocupação da mãe, conteúdos e vivências da própria genitora podem interferir no seu julgamento, na sua interpretação do ocorrido.

Não se pode afirmar que a falsa denúncia seja necessariamente proposital. Como estamos em um contexto de grande judicialização, falsas denúncias acabam se tornando mais fáceis de acontecer, as pessoas acabam ficando mais preocupadas, mais assustadas. Como dizem alguns autores, acabamos dividindo a sociedade entre vítimas e algozes. Temos que pensar o que é colocar a criança o tempo todo no lugar de vítima. Esse discurso de proteção da criança e dos seus direitos pode acabar conduzindo-a ao lugar de vítima: vítima de abuso, de bullying, maus-tratos, negligência e todas essas temáticas mais recentes. Vemos a criança ocupando sempre o lugar de vítima. Será que isso é proteger a criança? Será que isso é ver a criança como criança? Esse lugar de vítima paralisa. A criança pensa: vou precisar de atendimento, vou precisar de tratamento, de médico. Aí temos dois campos: o da medicalização e o da judicialização. Então, o que estamos produzindo? Era isso que pensávamos sobre proteção e direitos da criança? Estamos deixando a criança ser criança, ou cada uma será vítima de alguma coisa?

Tatiana Fernandes – O Sistema Judiciário acaba focando na criança e toda a família e o contexto são deixados de lado?

Leila Torraca – Em nome de um direito de proteção, resulta o direito de ser ouvido. Mas o que é ser ouvido? É ser ouvido de forma mais ampla, de um outro lugar, no silêncio, no não-dito. Não é no imperativo de ter que falar sobre isso ou aquilo, é muito diferente. A criança encontra-se entre esses pólos da medicalização e da judicialização. Se está quietinha, vamos ver o que aconteceu; se está muito agitada, deve ser um distúrbio de comportamento. Sempre na vitimização. Parece até que daqui a pouco vamos começar a eleger: você foi vítima de quê?

Tatiana Fernandes – O que você vê como possibilidades e entraves na escuta da criança no Sistema Judiciário?

Leila Torraca – Depois dessa pesquisa, participei de muitos debates e discussões sobre o tema. Infelizmente, o que pude observar é que dentro da categoria (dos profissionais de Psicologia)

nós vivemos a mesma divisão: dos chamados algozes das crianças, aqueles que são vistos como os que não querem a proteção da criança e, por isso, não querem o depoimento especial; e, de outro lado, os defensores das crianças, que são favoráveis ao depoimento. O resultado é que não podemos conversar e dialogar. Ficamos presos em antagonismos em que, se você é do time que concorda e é contrário à minha ideia, então não tem conversa e não tem escuta. Infelizmente, observamos sérios embates nos eventos e nas discussões, sempre tendendo para polarizações que dificultam pensar o tema.

Podemos perceber que o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais vêm tentando orquestrar esse debate, não houve desistência da empreitada. Vemos que, mesmo diante desta polarização, existe uma tentativa e uma pressão para se instalar um serviço de depoimento especial nos Fóruns de diversos estados e municípios e também para o uso de protocolos. Atualmente, a discussão se encaminha para o uso desses protocolos que apresentam perguntas e orientações. Para que exista uma uniformidade nas perguntas formuladas nestes depoimentos, discute-se qual protocolo deveria ser seguido e utilizado. Temos que acompanhar esses desdobramentos das discussões e das práticas em uso porque o número de salas para o depoimento especial só vem aumentando em todo o país.

Tatiana Fernandes – Professora Leila, muito obrigada por sua disponibilidade em conceder esta entrevista, um tema complexo e ao mesmo tempo tão instigante.

Leila Torraca – Eu que agradeço a oportunidade da entrevista para a Revista DESidades.

PALAVRAS-CHAVE: escuta judicial, abuso, criança, infância, adolescência.



Leila Maria Torraca de Brito

Doutora em Psicologia. Professora do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, (UERJ), Brasil. Desenvolve trabalhos e pesquisas sobre Psicologia Jurídica, guarda de filhos, adolescentes em conflito com a lei, adoção, autoridade parental, direitos infante-juvenis, medidas socioeducativas.

E-mail: torraca@uerj.br



Tatiana Fernandes

Mestranda em Psicologia no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Psicóloga e Especialista/Residência em Saúde Mental. Trabalha na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Magé/Rio de Janeiro, Brasil.

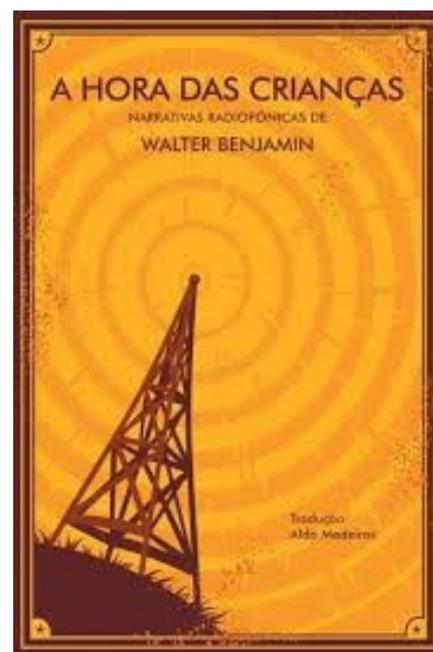
E-mail: tatipsijf@hotmail.com

“A hora das crianças: Narrativas radiofônicas de Walter Benjamin”, de Walter Benjamin, tradução de Aldo Medeiros

RESENHA POR

Caroline Trapp de Queiroz

Infância nas ondas do rádio: um convite à leitura das peças radiofônicas de Walter Benjamin



Entre os anos de 1927 e 1932, o filósofo alemão Walter Benjamin apresentou narrativas radiofônicas para crianças em um programa transmitido em emissoras de rádio de Berlim e Frankfurt. Falando às crianças sobre os mais diferentes assuntos, o filósofo já chamava atenção, no início do século passado, ao fato de que se poderia falar sobre tudo com as crianças, uma vez que, inseridas na cultura, nada haveria nessa dinâmica que não as afetasse e sobre o que não se pudesse conversar com elas.

Desses programas, nenhum áudio foi conservado, tendo-se como registro apenas os escritos que serviram de base para a apresentação das narrativas, escritos que, segundo Pereira (2009), “chegaram até nós graças ao hábito que Benjamin cultivara de arquivar os trabalhos feitos, enviar cópias para amigos/interlocutores ou, ainda, de publicar prévia ou posteriormente os escritos feitos para este fim” (p. 260). Nascido da bela parceria entre o tradutor Aldo Medeiros e Rita Ribes Pereira, responsável pelo projeto editorial, o livro ‘A hora das crianças: Narrativas radiofônicas de Walter Benjamin’ traz para nossa apreciação 29 desses textos, base para as peças radiofônicas infantis apresentadas por Benjamin.

Em nota à edição alemã, o filósofo Rolf Tiedemann (1985 apud Benjamin, 2015) afirma que, através dessas palestras radiofônicas, Benjamin se revela “um pedagogo tão discreto quanto engenhoso que, assumindo o lugar do narrador, leva adiante o Iluminismo [...]” (p. 07). A ideia de Iluminismo a que se refere Tiedemann só faz sentido quando olhamos com atenção para o nome original do programa: ‘Aufklärung für Kinder’. ‘Aufklärung’ pode ser traduzido do alemão como esclarecimento, explicação, descoberta e Iluminismo. Assim, uma livre tradução do nome do programa para o português pode ser: ‘Iluminismo para crianças’. Se quisermos explorar os sentidos de Iluminismo implicados na fala de Tiedemann e no nome do programa de rádio, podemos buscar no conjunto da obra de Benjamin uma leitura que permite pensar essa expressão como um posicionamento político que convoca o adulto a repensar o conceito de infância.

Para além do contexto específico do movimento intelectual europeu do século XVIII, convencionou-se chamar de Iluminismo, posteriormente, o – nem sempre – simples movimento de pensar, ou seja, de trazer esclarecimento sobre as ‘trevas’ que, muitas vezes, obscurecem a racionalidade humana. No surgimento do movimento, estas trevas eram representadas pela religião – vale lembrar que, naquele período, a religião era uma prática que se misturava à vida política e sociocultural dos países, sendo inclusive responsável pela estratificação social em clero, nobreza, burguesia e trabalhadores da cidade e do campo.

Já no século XX, época de onde nos fala Benjamin, e no contexto das críticas que movem sua obra, de maneira geral, as trevas podem ser compreendidas como os resultados da modernidade, no modo como o filósofo a lê. Assim, se antes a religião afastava o homem e a sociedade de uma racionalidade independente da Igreja, no contexto do século XX, a modernidade roubou o homem de suas próprias experiências, lançando-o às trevas da expropriação de sua própria história pela adoção de um modelo de sociedade cada vez mais adequada – e refém – dos valores de progresso, civilização e consumo.

A questão do chamamento político a uma perspectiva que considere os “cacos” da história está implícita na forma como Benjamin fala da potência da coletividade. A fim de legitimar sua cientificidade, a história – de fins do século XIX a meados do XX, para a qual Benjamin dirige suas críticas – era contada a partir do passado registrado em documentos oficiais, ou seja, um passado que se julgava real pelo fato de ser institucionalmente chancelado. Nesse sentido, a descrição pormenorizada de eventos, no modo como eles apareciam nesses documentos, era o que garantia a isenção e a imparcialidade a que aspiravam os historiadores do período.

Nos programas de rádio para crianças que o livro nos traz, Benjamin critica essa história oficial de marcas positivistas em termos que são fundamentais para compreender os conceitos de memória, experiência, narrativa e história, que em sua teoria vão se entrelaçando.

Quando era jovem, aprendi história lendo o Neubauer, que ainda deve existir em muitas escolas, talvez hoje um pouco diferente do que era antes. Na época o que mais me chamava atenção era que as páginas eram divididas em caracteres grandes e pequenos. As páginas com caracteres grandes falavam de príncipes, guerras, tratados de paz, alianças, datas etc., coisas que tínhamos que decorar,

e eu não achava muita graça. Em caracteres pequenos vinham as páginas com a, assim chamada, história das civilizações, contando sobre os costumes e tradições das pessoas em tempos antigos, suas crenças, sua arte, ciência, suas construções etc. Aqui não era preciso decorar, bastava ler, o que era muito mais divertido. Por mim, as páginas impressas em caracteres pequenos poderiam ter sido em número muito maior. Não se ouvia falar muito sobre essas coisas durante a aula. O professor de alemão dizia: isto vocês vão ver na aula de História, e o professor de História: isto vocês vão ver na aula de alemão. No final acabávamos quase sempre sem ouvir nada (Benjamin, 2015, p. 181).

Uma história contada pela ótica do vencedor é uma história de caracteres grandes, uma história de documentos, de nomes, de guerras e grandes feitos. À essa ideia de história, Benjamin contrapõe a narrativa e a produção de memória. Para ele, é exatamente o compartilhamento de memórias e a narrativa das experiências que permitem que nos enxerguemos uns nas histórias dos outros. Essa, segundo ele, é a história de caracteres pequenos, feita de narrativas do cotidiano e das “gentes”, história essa que guarda como potência a reconexão do homem à coletividade.

Falar da vida a partir do miúdo é um posicionamento que Benjamin assume e nos chama a assumir. Ao compartilhar, ao longo de toda a sua obra, suas histórias de vida e de infância, ele reitera que, se a experiência afeta o sujeito de forma singular, compartilhá-la torna coletivos os seus sentidos. Assim, através de suas narrativas, Benjamin nos convoca a ‘escovar a história a contrapelo’, ou seja, trazer os oprimidos ao protagonismo e as contradições ao debate. Ora, se nos contam a história “aos cacos”, precisamos recolocar os pedaços que, propositalmente, foram deixados de fora da narrativa oficial – quase como num exercício de montagem. É dessa forma que, para ele, mudamos o passado – conformado porque construído com base na tradição dos vencedores – e transformamos o sentido da própria história, trazendo no presente um passado vivo que nela se (re)insere e vê redimida a sua opressão.

Benjamin ‘escova a história a contrapelo’ ao falar dos sujeitos silenciados em toda a sua trajetória. Mas ele dá continuidade a essa escovação também ao dirigir para as crianças narrativas sobre a vida cotidiana. Nos programas de rádio, Benjamin aborda assuntos como brinquedos, livros, peças de teatro, grupos de ciganos e bandoleiros que circulavam pelas ruas, fatos que aconteciam na cidade, como catástrofes naturais, incêndios, contrabando de bebidas alcoólicas, narrativas históricas sobre bruxaria, magias, exposições universais, a tomada da Bastilha...

Através do que escreve, do que narra e daquilo que compartilha, Benjamin nos implica a repensar o conceito de infância, reiterando a ideia de que não se trata de uma categoria isolada, mas social, cultural, histórica e plural, ainda que marcada pelas singularidades que compõem a vida e as subjetividades. É justamente esse entendimento de que crianças e cultura se afetam mutuamente que nos permite perceber a infância como a experiência constitutiva desses sujeitos – aqui e agora. Isso significa que o sentido implícito no Iluminismo que, segundo Tiedemann, Benjamin leva adiante por meio dos programas de rádio

(Tiedemann, 1985 apud Benjamin, 2015, p. 07), talvez se relacione diretamente à necessidade destacada por ele de considerar a criança ‘na’ cultura e, assim, conversar com ela sobre o que circula em seu meio e afeta, necessariamente, sua vida.

Essa concepção está na base da ideia que Benjamin desenvolve quanto à infância como parte-todo, posto que ela traga, da cultura, os estilhaços que permitem pensar os entrelaçamentos existentes e tecer a análise do todo do qual faz parte. O movimento, no entanto, não é o de priorizar o fragmento em detrimento do geral, o que particularizaria em demasia a reflexão, nem, tampouco, de focar somente o todo, o que generalizaria o pensamento, dispensando as nuances e minúcias que a perspectiva micro guarda como potência e especificidade. É nesse sentido que Benjamin evoca as contradições como possibilidades de leituras dialogicamente mais profícuas, num jogo de escalas que convida a entender a infância como o caminho para a crítica da cultura.

Em ‘A hora das crianças: Narrativas radiofônicas de Walter Benjamin’, o filósofo nos provoca grandes reflexões sobre história, memória, narrativa e infância, chamando atenção acerca da importância da mobilização e da legitimidade desses fatores e sujeitos na recuperação das experiências, roubadas pela modernidade, e na reconexão dos homens à coletividade. Portanto, somado à leitura dos textos já conhecidos de Benjamin, esse belo livro nos permite observar seu posicionamento diante das crianças nos programas de rádio e (re)conhecer o embricamento entre pensamento e ação que marcou a vida do grande filósofo que muito tem a nos dizer ainda hoje, passados 75 anos de sua morte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, W. **A hora das crianças: Narrativas radiofônicas de Walter Benjamin**. Tradução Aldo Medeiros. Rio de Janeiro: NAU Ed., 2015.

PEREIRA, R. M. R. A hora das crianças: narrativas radiofônicas de Walter Benjamin. In: JOBIM E SOUZA, S.; KRAMER, S. (Org.). **Política, cidade, educação: itinerários de Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2009.

PEREIRA, R. M. R.; MACEDO, N. M. R. (Org.). **Infância em Pesquisa**. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2012.

PEREIRA, R. M. R. [Orelha]. In: BENJAMIN, W. **A hora das crianças: Narrativas radiofônicas de Walter Benjamin**. Tradução Aldo Medeiros. Rio de Janeiro: NAU Ed., 2015.

PALAVRAS-CHAVE: Walter Benjamin, narrativas radiofônicas, infância.

DATA DE RECEBIMENTO: 15/11/2015

DATA DE ACEITAÇÃO: 23/11/2015

Caroline Trapp de Queiroz

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd-UERJ), com Bolsa Nota 10 da FAPERJ. Integrante do Grupo de Pesquisa Infância e Cultura Contemporânea.

E-mail: trapp.queiroz@gmail.com

Levantamento Bibliográfico

Nesta seção, apresentamos o levantamento bibliográfico dos livros publicados na área das ciências humanas e sociais dos países da América Latina sobre infância e juventude. O levantamento contemplou obras publicadas no período de Setembro a Novembro de 2015 cujas informações puderam ser obtidas nos sites de suas respectivas editoras.

- 1 A cidade e seus jovens (ISBN 9788571038820)**
Organizadores: Lana de Souza Cavalcanti, Eguimar Felício Chaveiro e Lucineide Mendes Pires
Editora: UCG, Goiânia, 223 páginas.

- 2 Actores, redes y desafíos. Juventudes e infancias en América Latina (ISBN 978-607-479-1785)**
Autores: Alberto Hernández y Amalia E. Campos-Delgado
Editora: El Colegio de la Frontera Norte, Tijuana, 328 páginas.

- 3 As transgressões adolescentes (ISBN 9788515043125)**
Autor: Jean Pierre Chartier
Editora: Edições Loyola, São Paulo, 168 páginas.

- 4 Avaliação educacional e emancipação: contribuições para uma sociologia da avaliação (ISBN 978-85-444-0543-7)**
Autora: Flavine Assis de Miranda
Editora: CRV, Curitiba, 166 páginas.

- 5 Claves para incluir: aprender, enseñar y comprender (ISBN 78-987-538-453-8)**
Organizadora: Analía M. Palacios
Editora: Noveduc, Buenos Aires, 184 páginas.

- 6 Criança e trabalho: da exploração à educação (ISBN 9788536185781)**
Organizadores: Marcos Neves Fava, Lelio Bentes Corrêa e Andréa Saint Pastous Nocchi
Editora: LTR, São Paulo, 200 páginas.

- 7 Delincuencia juvenil. Legislación, tratamiento y criminalidade (ISBN 9789972453045)**
Autor: Jorge Valencia Corominas
Editora: Fondo Editorial, Lima, 212 páginas.

- 8 Desempenho escolar inclusivo (ISBN 978-85-444-0509-3)**
Organizadores: Acácio Alexandre Pagan e Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto
Editora: CRV, Curitiba, 222 páginas.

- 9 *Divulgação científica na sala de aula. Perspectivas e possibilidades (ISBN 978-85-419-0149-9)***
Organizadores: Marcelo Giordan e Marcia Borin da Cunha
Editora: UNIJUÍ, Ijuí, 360 páginas.
- 10 *Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI (ISBN 978-85-7652-200-3)***
Organizador: UNESCO
Editora: UNESCO, Brasília, 44 páginas.
- 11 *Educación media superior y deserción juvenil. Una mirada desde las historias de vida (ISBN 978-607-7775-73-7)***
Autor: Estrada Ruiz Marcos Jacobo
Editora: El Colegio de Sonora, Hermosillo, 320 páginas.
- 12 *El sistema de admisión a la universidad: permanencia y cambio (ISBN 9789561123274)***
Autor: José Vera Rodriguez
Editora: Universitaria, Santiago, 364 páginas.
- 13 *Entre crianças, personagens e monstros: uma etnografia de brincadeiras infantis (ISBN 9788564116863)***
Autor: Guilherme Fians
Editora: Ponteio, Rio de Janeiro, 183 páginas.
- 14 *Escuela Tomada (ISBN 9789569635021)***
Autor: Alfredo Jocelyn-holt
Editora: Taurus, Santiago, 664 páginas.
- 15 *Estudos da infância no Brasil: encontros e memórias (ISBN 978-85-7600-408-0)***
Autora: Anete Abramowicz
Editora: EDUFSCAR, São Carlos, 195 páginas.
- 16 *Familia - escuela - comunidad. Tomo III (ISBN 9789561124707)***
Mahia Saracostti Schwartzman e Cristobal Villalobos Dintrans
Editora: Universitaria, Santiago, 288 páginas.
- 17 *Género es más que una palabra. Educar sin etiquetas (ISBN 978-84-16467-03-7)***
Autora: Carina V. Kaplan
Editora: Miño y Dávila, Buenos Aires, 228 páginas.
- 18 *Gestionar una escuela secundaria posible. Orientación escolar, asesoría pedagógica y función tutorial institucional (ISBN 978-987-538-446-0)***
Autor: Diego Bibian
Editora: Noveduc, Buenos Aires, 144 páginas.

- 19 **Hacerse un lugar: circuitos y trayectorias juveniles en ámbitos urbanos (ISBN 9789876913676)**
Organizadores: Mariana Chaves e Ramiro Segura
Editora: Biblos, Buenos Aires, 156 páginas.
- 20 **Homossexualidade e adolescência sob a ótica da saúde (ISBN 978-85-7511-360-8)**
Autora: Stella R. Taquette
Editora: EdUERJ, Rio de Janeiro, 252 páginas.
- 21 **Inclusão na prática - respeitando a diferença (ISBN 978-85-7854-239-9)**
Autora: Ana Cris Ferreira
Editora: Wak Editora, Rio de Janeiro, 144 páginas.
- 22 **Infancia psicoterapia gestáltica (ISBN 978-987-591-618-0)**
Autora: Liliana Bevilacqua
Editora: Brujas, Córdoba, 214 páginas.
- 23 **Intervenção psicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem escolar (ISBN 978-85-7854-355-6)**
Autora: Maria Lucia Lemme Weiss
Editora: Wak Editora, Rio de Janeiro, 168 páginas.
- 24 **Intervención psicoeducativa para niños con Trastornos del Espectro Autista. Descripción, alcances y límites (ISBN 978-84-16467-04-4)**
Autor: Mauricio Martínez
Editora: Miño y Dávila, Buenos Aires, 128 páginas.
- 25 **Juvenicidio. Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina y España (ISBN 978-607-479-1785)**
Coordinador: José Manuel Valenzuela
Editora: El Colegio de la Frontera Norte, Tijuana, 274 páginas.
- 26 **Juventude e saúde mental: A especificidade da clínica com adolescentes (ISBN 8577241270)**
Organizadores: Edson Saggese e Fernanda Hamann de Oliveira
Editora: Companhia de Freud, Rio de Janeiro, 164 páginas.
- 27 **La biblioteca escolar a fondo (ISBN 978-84-9704-884-2)**
Autores: Raúl Cremades García y C. Jiménez Fernández
Editora: Alfagrama, Buenos Aires, 240 páginas.
- 28 **La ciudad de los niños (ISBN 9788499805719)**
Autor: Francesco Tonucci
Editora: Colofón, México, 224 páginas.
- 29 **La formación docente viva (ISBN 978-987-45795-1-5)**
Autora: Gabriela Ana Saslavsky
Editora: Punto de Encuentro, Buenos Aires, 150 páginas.

- 30 *La niñez mapuche (ISBN: 9789876913775)***
Autora: Andrea Szulc
Editora: Biblos, Buenos Aires, 210 páginas.
- 31 *La transformación educativa: para qué y por qué educar (ISBN 978-987-9028-90-2)***
Autor: Carlos H. Hurtado
Editora: La Colmena, Buenos Aires, 224 páginas.
- 32 *Nadie dijo que era fácil. Escuelas efectivas en sectores de pobreza, diez años después (ISBN 978-956-00-0632-5)***
Autores: Cristián Bellei, Liliana Morawietz, Juan Pablo Valenzuela y Xavier Vanni
Editora: Lom Ediciones, Santiago, 424 páginas.
- 33 *Noalabaja. Un triunfo de la juventud uruguaya (ISBN 9789974498068)***
Coordinador: Francisco Astori
Editora: Fin de Siglo, Montivideo.
- 34 *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos (ISBN 978-85-7511-371-4)***
Autora: Laura Lowenkron
Editora: EdUERJ, Rio de Janeiro, 456 páginas.
- 35 *O trabalho docente em uma escola pública de educação básica: entre a complexidade e a simplificação (ISBN 978-85-444-0491-1)***
Autores: Maria Eliza Rosa Gama e Eduardo Adolfo Terrazzan
Editora: CRV, Curitiba, 188 páginas.
- 36 *Pedagogías críticas en América Latina: Experiencias alternativas de Educación Popular (ISBN 978-987-538-452-1)***
Autores: Daniel Suárez, Flora Hillert, Hernán Ouviaña y Luis Rigal
Editora: Noveduc, Buenos Aires, 184 páginas.
- 37 *Pedagogías insumisas: Movimientos político-pedagógicos y memorias colectivas de educaciones otras en América Latina (ISBN 9786077112853)***
Autora: Patricia Medina Melgarejo
Editora: Juan Pablos Editor, México, 448 páginas.
- 38 *Profissão docente na roça (ISBN 978-85-232-1351-0)***
Autora: Jane Adriana Vasconcelos
Editora: EDUFBA, Salvador, 116 páginas.
- 39 *Psicoeducar 1. Algunas claves para entender más a nuestros alumnos (ISBN 978-9974-729-69-8)***
Autores: Ariel Gold y Lic Alicia Gómez
Editora: Planeta de Libros, Montivideo, 238 páginas.

40 Transdisciplinaridade, criatividade e educação: Fundamentos ontológicos e epistemológicos (ISBN 9788544901250)

Autora: Maria Cândida Moraes

Editora: Papirus, Campinas, 192 páginas.

41 Universidade e educação básica: parceria necessária na formação de professores (ISBN 978-85-7798-194-6)

Organizadores: Maria Odete Vieira Tenreiro e Graciete Tozetto Góes

Editora: UEPG, Ponta grossa, 237 páginas.

Normas para todas as seções

1. Os artigos, entrevistas ou resenhas serão submetidos, em português ou espanhol, ao Conselho Editorial ao qual cabe a responsabilidade do processo editorial dos manuscritos. A submissão é feita no site da DESIDADES, no portal de periódicos da UFRJ, seguindo as orientações disponibilizadas.
2. O Conselho Editorial fará uso de consultores ad hoc, que, de forma cega, avaliarão os artigos e farão recomendações em relação à sua publicação ou não. O Conselho Editorial se reserva o direito de propor modificações que venham a contribuir com a clareza do texto.
3. Serão aceitos apenas artigos, entrevistas e resenhas inéditos.
4. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, sua versão para o espanhol, ou para o português, conforme o caso, será solicitada aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.
5. Todos os artigos, entrevistas ou resenhas enviados para submissão deverão estar como documento Word, em extensão “.doc” ou “.docx”, fonte Arial 11, espaço duplo.
6. Autoras e autores deverão enviar junto com o manuscrito informações curriculares de 3 linhas no máximo, incluindo titulação e afiliação institucional. No caso de submissão de entrevista, devem ser enviadas as informações curriculares do (a) entrevistador (a) e do (a) entrevistado (a).
7. As referências bibliográficas devem ser apresentadas em ordem alfabética ao final do texto e se pautarem pelas normas ABNT (NBR 6023, 2002).

Exemplos de casos mais comuns:

LIVRO COM UM AUTOR

CASTRO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.

LIVRO COM DOIS OU TRÊS AUTORES

CASTRO, L. R.; CORREA, J. **Mostrando a Real**: um retrato da juventude pobre do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: NAU Editora; FAPERJ, 2005.

Nas referências de até três autores, todos são citados, separados por ponto e vírgula. Quando ultrapassar três autores, citar somente o primeiro, seguido da expressão et al. (sem itálico).

ARTIGO DE REVISTA OU PERIÓDICO

TORRES, M. C. E.; CASTRO, L. R. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. **Paidéia (USP)**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, p. 87-96, jan./abr. 2009.

CAPÍTULO DE LIVRO

GALINKIN, A. L.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da violência entre adolescentes e professores de classe média. In: CASTRO, L. R.; CORREA, J. (org.). **Juventude Contemporânea**: perspectivas nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005. p. 229-232.

TESES E DISSERTAÇÕES

CORDEIRO, D. M. A. Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

OBSERVATORIO NACIONAL DE LOS DERECHOS DEL NIÑO Y DEL ADOLESCENTE. IHA2009/2010: los hombres negros adolescentes son las principales víctimas de homicidios en Brasil. Disponível em: <http://www.observatorioadolecente.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=722:iha-20092010-adolescentes-negros-do-sexo-masculino-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-no-brasil&catid=34:noticias&Itemid=106>. Acesso em 14 abr. 2013.

8. As citações de autores no corpo do texto e as notas de rodapé seguem as normas ABNT (NBR 10520, 2002).

- As citações literais de até três linhas são integradas ao texto, entre aspas duplas, seguidas de parênteses com sobrenome do Autor, ano da publicação e página (ex. Lima, 1999, p. 27).
- Citações com mais de três linhas devem ser destacadas no texto com recuo de 1,25, em corpo 10, espaçamento simples, com a indicação: (Autor, ano, p.).
- As remissões sem citação literal são incorporadas ao texto. Ex.: Segundo Cordeiro (2008).
- As notas de rodapé, tratando de observações, comentários e esclarecimentos feitos pelos autores, devem vir no final da página, em algarismos arábicos, devendo ter numeração única e consecutiva ao longo do texto, fonte Arial 10, espaço simples, justificado.

9. Nos casos de destaque de palavras no corpo do texto (por exemplo, palavras estrangeiras), deverão ser utilizadas aspas simples ao invés de itálico.

Normas específicas para a seção

TEMAS EM DESTAQUE

Os artigos dessa seção devem abordar criticamente algum tema ou problema que diga respeito à infância e/ou juventude no contexto latino-americano. Os artigos são voltados a um público não especialista e, neste sentido, serão privilegiadas a clareza e a simplicidade da escrita.

1. Os artigos devem ter de duas mil e quinhentas a quatro mil palavras.
2. Um resumo de aproximadamente 150 palavras deverá ser inserido no final do artigo, após as referências, seguido de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave (separadas por vírgula) que abarquem a temática abordada no artigo.
3. Gráficos, tabelas e figuras: deverão ser enviados separadamente e estar sinalizados no corpo do texto, próximos aos locais de interesse. Devem estar numerados sequencialmente. Em relação às imagens, os autores devem ter assegurado os direitos de uso, cuja comprovação deve ser enviada à revista.

Normas específicas para Resenhas

As resenhas destinam-se a avaliações críticas de publicações recentes na área da infância e juventude que tenham registro no sistema ISBN.

1. As resenhas devem ter entre mil e quinhentas a duas mil palavras.
2. Uma imagem da capa do livro resenhado, em arquivo .jpg ou .tiff, resolução 300 dpi, deverá ser enviada em arquivo separado.
3. Devem ser inseridas no final do texto da resenha de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.
4. A resenha deve conter uma ficha técnica contendo os dados da publicação: título, autor, editora, cidade, ano, número de páginas, ISBN.
5. A resenha deve ter título diferente do livro resenhado.
6. As citações e referências seguem as regras gerais, apresentadas acima. A referência do livro resenhado deve ser destacada em negrito.

Normas específicas para a seção

ESPAÇO ABERTO

Esta seção destina-se à publicação de entrevistas, escritas ou em vídeo, que versem sobre tema atual e/ou controverso na área da infância e juventude. As entrevistas devem ter o objetivo de expor a opinião do entrevistado, como também de explorar, junto com ele, a complexidade do debate sobre a questão. As entrevistas visam, sobretudo, obter pronunciamentos que estejam propensos a analisar aspectos favoráveis e desfavoráveis do tema abordado.

1. A parte inicial da entrevista deve conter uma apresentação breve do entrevistado e as razões que levaram o entrevistador a entrevistá-lo sobre o tema em pauta. O entrevistador deve também situar seu lugar de fala e interesse sobre o assunto.
2. Para sondagem de interesse sobre temas e entrevistados prospectivos, o entrevistador pode entrar em contato com o Conselho Editorial.
3. As entrevistas devem ter de duas a três mil palavras, ou de 10 a, no máximo, 30 minutos de duração.
4. Caso sejam enviadas em vídeo, deverão ser encaminhadas em DVD de dados (arquivo de alta resolução SD ou HD, formato .mov ou .avi) com a respectiva transcrição em Word, em DVD lacrado com o nome do entrevistado e do entrevistador na parte externa do disco.
5. Devem ser inseridas no encaminhamento do texto ou vídeo da entrevista de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.

Envio do material

Os artigos, entrevistas e resenhas devem ser submetidos no [site da DESIDADES](#), no portal de revistas UFRJ. Os autores serão notificados do recebimento do material enviado.

No caso de submissão de entrevista gravada em vídeo, a transcrição deve ser enviada pelo sistema de submissão e a gravação em DVD encaminhada pelo correio para o seguinte endereço:

NIPIAC, Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Av. Pasteur, 250 – Urca, Rio de Janeiro - RJ, Brasil | CEP 22.290-902.

No caso da publicação de qualquer material, seus direitos autorais são imediatamente cedidos à Desidades sem ônus para a revista. O autor poderá, no entanto, publicar esse material posteriormente, na íntegra, ou parcialmente. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo de seus artigos publicados.

Contatos

DESIDADES

Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude

**Instituto de Psicologia/NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Av. Pasteur 250
22290-902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55-21. 2295-3208 55-21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br**

DESIDADES

*Revista Eletrônica de Divulgação Científica
da Infância e Juventude*

Instituto de Psicologia / NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur 250
22290 902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55 21. 2295-3208 55 21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br

